



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 24 – nº 91 – Junho 2013

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – [www.csem.org.br](http://www.csem.org.br)

## **Tráfico de Pessoas: entre o discurso e a realidade**

<b>PORTUGUÊS</b> .....	<b>3</b>
<b>Lançado 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas</b> .....	<b>3</b>
<b>Brasil adere à campanha para incentivar denúncias de tráfico de pessoas</b> .....	<b>4</b>
<b>Imigrantes em São Paulo e a produção criminosa de roupas</b> .....	<b>5</b>
<b>Estrangeiros resgatados de escravidão no Brasil são 'ponta de iceberg'</b> .....	<b>7</b>
<b>Brasil luta para evitar que tráfico de pessoas vire tendência</b> .....	<b>9</b>
<b>ENGLISH</b> .....	<b>10</b>
<b>Tackling demand key to combating global human trafficking, UN rights expert stresses</b> .....	<b>10</b>
<b>UK is warned it is losing fight against modern slavery</b> .....	<b>11</b>
<b>Modern Slavery Rears its Ugly Head in Chile</b> .....	<b>12</b>
<b>Trafficking in human beings: more victims in the EU but Member states are slow to respond</b> .....	<b>14</b>
<b>How to... use the media to help combat human trafficking</b> .....	<b>15</b>
<b>ESPAÑOL</b> .....	<b>16</b>
<b>Cubanos y chinos, los más traficados por los 'coyotes' colombianos</b> .....	<b>16</b>
<b>España, el segundo país de la UE con más víctimas de tráfico de personas identificadas y presuntas en 2010</b> .....	<b>18</b>
<b>Jóvenes indias, presas fáciles de la trata de personas</b> .....	<b>20</b>
<b>Dominicanas en Argentina, una inmigración vulnerable</b> .....	<b>21</b>
<b>Evolución inquietante de trata de personas en sudeste de Europa</b> .....	<b>23</b>
<b>La trata de personas genera 16.000 millones de dólares al año en América Latina</b> .....	<b>23</b>
<b>ITALIANO</b> .....	<b>24</b>
<b>No al «lavoro schiavo»</b> .....	<b>24</b>
<b>Prostituzione e traffico umano: il buco nero dei bambini scomparsi dell'India</b> .....	<b>26</b>
<b>"Schiavo per colpa della crisi"</b> .....	<b>26</b>
<b>Rosarno, gli "schiavi invisibili" ci sono ancora, sono tutti lì</b> .....	<b>27</b>
<b>Traffico di esseri umani, affari d'oro con le mafie</b> .....	<b>28</b>
<b>UE: traffico di esseri umani, prostituzione e autodeterminazione</b> .....	<b>29</b>

## EDITORIAL

O fenômeno do tráfico de pessoas vem ganhando visibilidade no cenário global. Relatórios oficiais apontam que há mais de 02 milhões de vítimas traficadas no mundo. Segundo o diretor executivo do UNODC, Yury Fedotov, este seria o “desafio do século XXI”. A partir de tais evidências governos, instituições internacionais e entidades da sociedade civil mobilizam esforços buscando a erradicação.

A Organização das Nações Unidas (ONU), no Protocolo de Palermo (2003), tipifica como crime de tráfico de pessoas “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo-se à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração”.

Entretanto, trata-se aqui de um crime invisível e que perpassa diferentes fronteiras. O medo, a falta de domínio do idioma, o fato de ter os documentos apreendidos e o fato de estar desconectado de seu local de origem e de sua rede social incrementam a situação de vulnerabilidade do indivíduo e dificulta que denúncias sejam feitas. Além disso, muitas vítimas não se reconhecem como tal. O quadro fica ainda mais complexo quando se observa as dificuldades existentes no acesso de dados mais próximos à realidade e no processo judiciário que julga tal crime, uma vez que este está intrelaçado com outros delitos. Assim, o número de denúncias apuradas pode ser apenas um indício de um fenômeno ainda maior.

Em contrapartida, os países buscam fazer sua parte, elaborando planos, políticas e estratégias para agir contra o tráfico de pessoas. No Brasil, foi inaugurado o II Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, o qual possui três vertentes de ação: repressão, prevenção e difusão de informação.

É papel do Estado garantir e proteger seus nacionais de um crime tão hediondo e que coloca em cheque a dignidade e os direitos de cada ser humano. O fenômeno do tráfico de pessoas e suas diferentes modalidades – exploração sexual, trabalho escravo e tráfico de órgãos – faz parte do conjunto de conseqüências extremas da adoção de um sistema econômico baseado na exploração, desigualdade e busca incessante por lucros. Nesse sentido, é fundamental compreender o tráfico de pessoas a partir da perspectiva do mercado de trabalho.

Grande parte das vítimas considera as propostas feitas por aliciadores porque enxergam aí valiosas oportunidades para se conseguir melhores condições de vida, não somente no sentido econômico, para si e suas famílias. Trata-se, na verdade, de uma busca por mobilidade social. O que está por trás desse fenômeno é a situação de vulnerabilidade social, a qual torna mais pessoas potenciais vítimas de tráfico humano, e que inclui diversos elementos, tais como: baixo nível de escolaridade, falta de oportunidade no mercado de trabalho, desemprego e pobreza, entre outros. Em outras palavras, são as precárias condições estruturais que desempenham um papel determinante para que mais pessoas sejam aliciadas.

Outro aspecto importante é a reinserção das vítimas de tráfico de pessoas. Muitas vezes estas se tornam ainda mais vulneráveis e acabam entrando novamente nas redes de exploração, sejam elas laborais ou sexuais. É fundamental que os Estados estejam preparados para receber de volta essas pessoas e garantir que tenham uma reintegração bem sucedida no local de origem.

No Brasil, a temática migratória está em alta, entretanto, é possível perceber uma forte contradição: enquanto o tráfico de pessoas ganhou prioridade na agenda governamental, traduzida em um segundo plano nacional de enfrentamento, o texto constitucional sobre o assunto das migrações encontra-se defasado em relação às especificidades e complexidades mais atuais, sendo altamente restritivo aos direitos dos migrantes. Além disso, o Brasil é o único país-membro do Mercosul que não é signatário do acordo de proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes e membros de sua família da ONU, em vigor desde 2003.

O que se percebe é que, muitas vezes, a bandeira contra o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e laboral é utilizada para criminalizar as migrações em geral. Tráfico de pessoas e migrações são conceitos diferentes e envolvem competências diferentes, porém fazem parte (ou deveriam fazer), em um sentido mais amplo, da mesma agenda. Tal fato demanda por ações coordenadas e articuladas entre as diferentes instâncias governamentais nacionais e internacionais, agências internacionais e entidades da sociedade civil. Enquanto os números não forem analisados a fundo, o fenômeno continuará a ter um descompasso entre a realidade e o discurso. Combater o tráfico de pessoas é fundamental, entretanto, fazer isso sem uma política migratória condizente pode não ser suficiente para gerar os frutos que se espera.

## PORTUGUÊS

### Lançado 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

O aperfeiçoamento da legislação é um dos eixos do 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, lançado nesta terça-feira (26) pelo Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e a Secretaria de Política para as Mulheres.

Considerado um crime invisível, o tráfico de pessoas é uma prática frequente e preocupante no Brasil. O primeiro relatório sobre esse tipo de crime, divulgado pelo Ministério da Justiça, revela que entre 2005 e 2011 foram instaurados 514 inquéritos pela Polícia Federal. Desses, 344 são relativos a trabalho escravo e 13 a tráfico interno de pessoas. No mesmo período, houve 381 indiciamentos, enquanto as prisões chegaram a 158.

Para a ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, tão importante quanto implementar ações integradas de combate ao tráfico de pessoas, é aprimorar a legislação que pune este tipo de crime. A participação da sociedade, destacou a ministra, também é fundamental. “O tráfico de pessoas é uma violação absoluta aos Direitos Humanos. Um dos grandes entraves para combatermos isso está em nossa legislação. Por isso, precisamos trabalhar junto com o Congresso Nacional para superarmos essa limitação e acabar com a impunidade deste tipo de crime, que cada vez mais desafia a sociedade”, afirmou.

Rosário explicou que dentre as ações do plano, caberá à SDH/PR atuar na formação de agentes, proteção de crianças e adolescentes e no combate ao trabalho escravo, ambos os segmentos passam pela rota do tráfico de pessoas. “Estamos muito atentos no que tange à proteção da infância brasileira. Também atuamos, por meio da

Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo - Conatrae, para acabar com o tráfico de pessoas para estes fins”, explicou.

O Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse que um problema ainda mais importante é a falta de denúncia, resultado da vergonha ou do medo das vítimas. “Nós precisamos conscientizar a sociedade brasileira de que as informações têm que chegar ao Poder Público porque, sem essas informações, não temos como abrir inquérito, não temos como investigar, não temos como punir aqueles que praticam esse tipo de violência contra seres humanos”, destacou.

“Os aliciadores são pessoas muito próximas das vítimas. Não são pessoas estranhas. Esse é um perfil que nós temos identificado estatisticamente”, disse a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci.

A SDH/PR mantém a central Disque 100 – Disque Direitos Humanos - que recebe denúncias relacionadas à violação dos direitos de idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, população LGBT, população em situação de rua e tortura, entre outras violações. A central funciona 24 horas por dia, todos os dias do ano, e a ligação é gratuita de qualquer lugar do país, inclusive para chamadas originadas de telefones móveis.

#### *Plano*

Entre as 115 metas previstas no plano até 2016, também estão a capacitação de profissionais de várias áreas, a criação de mais dez postos de atendimento em cidades de fronteira, a aprovação de projetos de lei que impliquem na perda dos bens dos envolvidos com o tráfico de pessoas e a internacionalização, ainda este semestre, dos

serviços de atendimento Disque 100 e Disque 180 - centrais de denúncia que funcionam 24 horas por dia.

O plano também prevê a promoção e participação do Brasil em campanhas nacionais de internacionais de combate ao tráfico de pessoas. Os ministros receberam cópia do relatório produzido pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Pessoas, que funcionou no Senado, cujos trabalhos foram encerrados em dezembro. O ministro da Justiça disse que as propostas de legislação apresentadas pela CPI terão prioridade na pauta da pasta no Congresso. A Câmara dos Deputados também tem uma CPI sobre o assunto, ainda em andamento.

O governo pretende investir R\$ 5,9 milhões para a criação dos 10 novos postos de atendimento em cidades na região das fronteiras e para a capacitação de 400 agentes. Os postos devem ser instalados em locais de grande circulação, como portos, aeroportos e rodoviárias, e têm o objetivo de prestar apoio às vítimas. Segundo informações do Ministério da Justiça, atualmente o país conta com 13 postos de atendimento ao migrante e 16

núcleos estaduais de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

### *Relatório*

Também foi apresentado relatório informando que as dificuldades para reunir provas dificultam a punição desse tipo de crime. Segundo o levantamento, além das dificuldades para reunir provas do crime dificultam a punição, a legislação brasileira pune apenas o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Falta previsão legal para punir crimes de tráfico para fins de trabalho escravo, trabalho doméstico, venda de órgãos e tráfico de crianças.

Para o governo, a abordagem da vítima é suficiente para caracterizar o crime. Não precisa que a exploração sexual ou o trabalho escravo seja consumado, por exemplo. Além disso, o consentimento da vítima é considerado irrelevante, já que foi obtido por meio do engano e da falsa promessa.

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/845-lancado-2-plano-nacional-de-enfrentamento-ao-trafico-de-pessoas> - 26.02.2013

## **Brasil adere à campanha para incentivar denúncias de tráfico de pessoas**

O Ministério da Justiça quer reforçar as ações de prevenção ao tráfico de pessoas, incentivando a população a denunciar esses casos e ajudar o Estado a reprimir o crime e proteger as vítimas. Para isso, lançou hoje (9) a versão brasileira da campanha Coração Azul, em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc).

Relatórios oficiais mostram que há mais de 2 milhões de vítimas traficadas no mundo. Por meio da campanha, cujo slogan é "Liberdade não se compra. Dignidade não se vende. Denuncie o tráfico de pessoas", o Brasil se compromete a disponibilizar meios de divulgação e mobilização da sociedade voltados ao combate a esse tipo de crime.

Um hot site e uma página na rede social Facebook foram criadas com esse objetivo. Também serão distribuídos panfletos e cartazes nos núcleos e postos da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas em todo o país.

De acordo com o Ministério da Justiça, o coração azul, símbolo da mobilização, representa o sofrimento das vítimas e lembra a insensibilidade dos que compram e vendem seres humanos. Implementada até agora em dez países, a

campanha, no Brasil, conta também com o apoio das secretarias de Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres.

O diretor executivo do Unodc, Yury Fedotov, lembrou que o tráfico de pessoas explora mulheres, crianças e homens e que as vítimas são submetidas a trabalho forçado, à exploração sexual e têm órgãos roubados. As autoridades estimam que na Europa o tráfico de pessoas movimenta 2,5 bilhões de euros anualmente.

Fedotov ressaltou a importância da mobilização de vários setores da sociedade e do fortalecimento de cooperações internacionais para enfrentar o que chamou de "desafio do século 21".

"Trata-se de um crime hediondo, que não tem fronteiras. Nenhum país está livre desse crime", disse ele, lembrando que, apesar dos desafios, houve avanços nos últimos anos, na medida em que essa ação foi criminalizada internacionalmente a partir da Convenção de Palermo.

Durante o evento, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ressaltou a importância da conscientização da população para denunciar os casos como forma de obter resultados mais efetivos no combate a esse crime. Segundo ele, não há nada mais "odioso do que fazer com que

peças sejam violentadas e percam sua dignidade".

"Ou a sociedade se une para enfrentar essa questão ou vamos continuar com um magnífico plano e ótimas intenções, mas com baixos resultados na efetividade do que queremos, com poucos presos e condenados e as quadrilhas continuando a agir", disse, lembrando que muitas vezes os crimes deixam de ser denunciados por vergonha e medo. "Crime não denunciado é crime oculto. E crime oculto é crime não punido", acrescentou.

A ministra da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Maria do Rosário, enfatizou que o combate a esse crime está sendo tratado com "prioridade total" pelo governo federal. Ela reconheceu que isso significa combater grupos poderosos que têm ampla lucratividade, "transformando seres humanos em mercadorias".

"Estamos determinados, como nação, a enfrentar esse crime em toda a sua extensão e resgatar a dignidade humana de brasileiras e brasileiros que são traficados para fora e também de quem é trazido ao Brasil como vítima desse crime", disse. "O Brasil não aceita ser destino de pessoas traficadas de qualquer lugar do mundo", enfatizou.

A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Eleonora Menicucci, lamentou o fato de mulheres e crianças serem as principais vítimas desse crime "hediondo, invisível e

silencioso" e que "só será punido se houver denúncia".

Escolhida como embaixadora da campanha no Brasil, a cantora Ivete Sangalo disse ser "inadmissível" nos tempos atuais ainda ocorrerem "movimentos tão radicais e desumanos como a escravidão e o tráfico de pessoas".

No Brasil, entre 2005 e 2011, foram investigadas 514 denúncias desse crime, sendo a maior parte (344) dos inquéritos relacionada ao trabalho escravo. Os dados apontam que 157 são de tráfico internacional e 13 de tráfico interno, modalidade em que o índice de denúncias é considerado muito baixo. Ao todo, 381 suspeitos foram indiciados nesse período e 158, presos.

A rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas, disponibilizada pelo governo brasileiro, inclui núcleos e postos estaduais e municipais, rede consular de apoio no exterior, os serviços Disque 100, da SDH e o Ligue 180, da SPM. As denúncias também podem ser encaminhadas à Polícia Federal.

Em fevereiro, o governo federal lançou o 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, para integrar e fortalecer as políticas públicas na área, assim como as redes de atendimento e organizações para prestação de serviços.

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/1153-brasil-adere-a-campanha-para-incentivar-denuncias-de-trafico-de-pessoas> - 10.05.2013

## **Imigrantes em São Paulo e a produção criminosa de roupas**

Há duas semanas, mais seis imigrantes bolivianos flagrados em condição análoga à escravidão foram resgatados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de uma oficina clandestina de costura na cidade de São Paulo. Com mais essa abordagem do MTE, no ano de 2013, contabiliza-se quarenta imigrantes resgatados na capital paulista submetidos à mesma forma de exploração no trabalho. Procedentes geralmente do Peru, Bolívia e Paraguai, os imigrantes trabalham em locais insalubres, trancafiados e sem ventilação na região central da cidade, principalmente nos bairros do Pari, Brás e Bom Retiro.

A jornada de trabalho diária alcança de 14 a 16 horas sem acesso aos direitos trabalhistas vigentes no Brasil. Segundo o MTE, a cidade de São Paulo possui entre 8 e 10 mil oficinas de costura clandestinas, ocupadas em média por entre quinze e vinte costureiros. Os casos que se tornaram recorrentes na mídia somente nos

últimos anos fazem parte de uma contínua exploração, que existe há mais de vinte anos na capital paulista.

Para especialistas ouvidos pela reportagem do Brasil de Fato, a prática exploratória ganhou outro artifício nos dias atuais, envolvendo o crime de tráfico de pessoas para abastecer uma rede de exploração, beneficiária a famosas grifes de moda e do varejo nacionais e internacionais instaladas no Brasil.

Retornando de uma viagem recente à Bolívia, onde discutiu o assunto com parlamentares bolivianos, o deputado Claudio Puty (PT-PA), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Trabalho Escravo, revela que investigações apontam o envolvimento de grandes empresas da moda na exploração trabalhista ilegal de imigrantes no país.

- Apuramos em São Paulo que empresários brasileiros, bolivianos e coreanos estão à frente das oficinas que exploram esses trabalhadores, no



entanto, seriam os intermediários de grandes empresas que pagam R\$ 0,20 pela confecção de uma peça de roupa e vendem em grandes lojas de marcas por R\$ 100 ou mais – destaca.

### *Esquema*

Na Bolívia, Peru e Paraguai, empresas de costura que atuam de fachada seriam as principais aliciadoras para fornecer mão de obra à rede de exploração nas oficinas clandestinas em São Paulo. “Essas empresas ministram cursos de costureiro preparando as pessoas para serem trazidas ao Brasil”, revela Roque Renato Pattussi, coordenador do Centro de Apoio ao Migrante (Cami).

Um contrato verbal no país de origem, entre aprendizes e donos das firmas de costura, acordaria um salário de US\$ 150 por mês em São Paulo, além da garantia de alimentação e moradia sem custo ao trabalhador. Assim, uma vez instalados nesses locais de trabalho na chegada em São Paulo, os imigrantes estariam contidos à cadeia de produção de grandes marcas da moda e do ramo do varejo.

- Na maior parte dos casos, os maiores beneficiários são os grandes magazines – acusa Elias Ferreira, advogado e secretário-geral do Sindicato das Costureiras de São Paulo. Elias relata que muitas dessas companhias de moda, que usufruem da indústria têxtil, sabem da existência do trabalho escravo na cadeia de produção de seus produtos.

- Fazendo o papel investigativo, localizamos as oficinas clandestinas, informamos ao Ministério Público, Ministério do Trabalho e Polícia Federal e muitas vezes averiguamos que as empresas sabem, porém há casos em que há o desconhecimento do fato – constata.

Para Pattussi, não há dúvida: a legião de imigrantes vindos dos países fronteiriços com o Brasil tem endereço certo. “São trazidos às oficinas clandestinas de costura em São Paulo, que em sua grande maioria estão ligadas à cadeia de produção das grandes lojas”, enfatiza.

### *Tráfico de pessoas*

Além do trabalho análogo à escravidão nas oficinas de costura clandestinas, a rede de exploração forja ainda outro crime: o tráfico de pessoas. Aliciados com a promessa de moradia, alimentação e salário, os imigrantes contraem dívidas com passagens, visto e toda permanência em São Paulo, sendo muitas vezes mantidos

nesses espaços em decorrência de servidão por dívida.

Diante dessas circunstâncias, o tráfico de pessoas seria o alicerce para garantir um contingente de bolivianos, peruanos e paraguaios para mão de obra nas oficinas envolvidas no esquema de exploração.

- O crime de traficar pessoas nesse caso se constitui como uma condição, um meio que serve ao contexto de exploração do trabalhador no ramo têxtil de São Paulo – elucida Juliana Armede, advogada e coordenadora dos programas de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e do Combate ao Trabalho Escravo da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo.

Os diversos casos acompanhados pela advogada na Secretaria de Justiça apontam que o esquema de exploração de imigrantes costureiros na cidade fomenta o delito. “De maneira concreta, nós identificamos na cidade de São Paulo que o tráfico de pessoas, no âmbito latino-americano, sobretudo envolvendo os bolivianos, está destinado diretamente às oficinas clandestinas”, assegura Juliana.

### *Os responsáveis*

Daslu, Sete Sete Cinco, GEP, Zara, Marisa, C&A, Pernambucanas, Collins, são algumas das empresas famosas nacionais e internacionais do ramo da moda que já tiveram seus nomes atrelados ao trabalho escravo.

O grupo espanhol Inditex, proprietário da marca Zara, registrou lucro recorde em 2012. Apesar da crise econômica na Europa, a empresa faturou 2,361 bilhões de euros. No ano passado, a companhia de moda espanhola abriu 482 novas lojas espalhadas em diversos países. Seu dono, Amancio Ortega, está entre os cinco homens mais ricos do mundo.

Segundo Juliana, as empresas cuja cadeia de produção esteja envolvida com trabalho escravo também teriam que ser responsabilizadas pelo tráfico de pessoas, como componente do processo de exploração trabalhista ilegal. “É necessário que responsabilize a empresa que ratifica a exploração, sobretudo, de um tráfico de pessoas do ponto de vista trabalhista”, menciona.

Todavia, não se pode garantir que mesmo as empresas já flagradas com trabalhadores em condição análoga à escravidão, em sua cadeia de produção, não repita mais o crime. A fiscalização constante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Polícia Federal e do Sindicato das Costureiras de São Paulo, tem feito as oficinas

clandestinas mudarem para outras localidades, não garantindo sua eliminação.

- Devido à inspeção do poder público e de entidades de classe, muitas dessas oficinas migraram para Carapicuíba, Osasco, Itaquaquecetuba e Campinas. Ir para o interior de São Paulo é uma maneira de se esconder melhor e

dificultar possíveis denúncias dos trabalhadores envolvidos, além de dificultar o contato dos imigrantes com outras pessoas, como acontece facilmente no centro de São Paulo – denuncia Pattussi.

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/1100-imigrantes-em-sao-paulo-e-a-producao-criminosa-de-roupas> - 29.04.2013

## **Estrangeiros resgatados de escravidão no Brasil são 'ponta de iceberg'**

*No dia em que o Brasil comemora 125 anos da abolição da escravidão, especialistas ouvidos pela BBC Brasil afirmam que no cenário atual do combate ao trabalho escravo no país, a situação que desponta como a mais preocupante é a dos estrangeiros que chegam ao Brasil em busca de um eldorado de oportunidades.*

*Fernanda Nidecker*

A crescente demanda por mão de obra no país, resultante da expansão econômica na última década, tem exposto imigrantes de várias nacionalidades a condições de trabalho análogas às da escravidão - servidão por dívida, jornadas exaustivas, trabalho forçado e condições de trabalho degradantes.

Segundo Renato Bignami, coordenador do programa de Erradicação do Trabalho Escravo da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em São Paulo, o número de estrangeiros resgatados no Estado vem aumentando.

Ele afirma que, desde 2010, quando começaram as operações de combate ao trabalho escravo voltadas exclusivamente para estrangeiros, 128 bolivianos e um peruano foram resgatados no Estado de São Paulo, que concentra o maior contingente de trabalhadores estrangeiros do país.

Todos eles foram encontrados em oficinas de costura ilegais, terceirizadas por confecções contratadas por marcas conhecidas, como Zara, Cori, Emme e Luigi Bertolli.

"O número de resgatados está crescendo por causa de dois fatores: por um lado aumentou o interesse dos estrangeiros pelo Brasil, que muitas vezes entram de maneira irregular e se envolvem em condições de trabalho degradantes. Por outro, intensificamos as fiscalizações. Logo, a tendência é encontrarmos cada vez mais estrangeiros de nacionalidades variadas vítimas desse crime", afirma o auditor-fiscal à BBC Brasil.

### *Haitianos*

Ele estima que 300 mil bolivianos, 70 mil paraguaios e 45 mil peruanos estejam vivendo na região metropolitana de São Paulo, a maioria

sujeita a condições de trabalho análogas à de escravo.

Além dos 128 bolivianos e um peruano resgatados em São Paulo, cerca de 80 paraguaios foram libertados de duas fazendas no Paraná em duas operações desde outubro do ano passado, segundo informações da ONG Repórter Brasil, que investiga o tema há mais de uma década.

Mas os imigrantes sul-americanos não são as únicas vítimas da escravidão contemporânea no Brasil. No mês passado, um chinês foi resgatado de uma pastelaria no Rio de Janeiro. Segundo a polícia, ele sofria agressões físicas e era submetido a condições de trabalho humilhantes.

Em dezembro de 2010, uma operação do Ministério Público do Trabalho libertou quatro chineses que eram explorados em uma madeireira na Zona Franca de Manaus.

Desde a semana passada, a fiscalização do MTE em São Paulo está apurando pela primeira vez denúncias de exploração de haitianos em oficinas de costura.

"Era só uma questão de tempo", diz Bignami. "Esses trabalhadores de países pobres com problemas recentes, como o terremoto no Haiti, acham que o eldorado é no Brasil. Já sabíamos que essa mão de obra estava sendo muito aproveitada pela construção civil, mas para confecção ainda não", afirma o auditor fiscal.

### *Ponta do iceberg*

Na avaliação de Luiz Machado, Coordenador Nacional do Programa de Combate ao Trabalho Forçado e Tráfico de Pessoas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número de estrangeiros resgatados não ilustra a realidade

porque esses trabalhadores têm medo de serem encontrados, o que resulta em poucas denúncias.

"É só a ponta de um iceberg", diz Machado.

Utilizando os bolivianos como exemplo, ele conta que esses trabalhadores são aliciados ainda na Bolívia, atraídos por falsas promessas de emprego. Eles já chegam à cidade de destino, na maioria das vezes São Paulo, endividados com os custos da viagem e "acabam escravizados, com a liberdade cerceada por meio de dívidas e ameaças".

Como entram no Brasil ilegalmente, eles têm medo de denunciar a exploração a que são submetidos e enfrentar a deportação, sem saber que a Resolução Normativa número 93 do Conselho Nacional de Imigração prevê a concessão de vistos de permanência para estrangeiros que estejam no país em situação de vulnerabilidade.

"Esse trabalhador não quer ser encontrado", afirma o coordenador da OIT. "A situação no país de origem é tão ruim, que ele aceita a exploração como forma de alimentar o sonho de um dia virar o dono da oficina e ter uma vida melhor".

As inspeções feitas nas oficinas de costura expõem um cenário degradante. Os imigrantes trabalham até 16 horas por dia, de segunda a sábado, amontoados em salas claustrofóbicas. Eles dividem pequenos alojamentos improvisados instalados junto às oficinas, sem condições adequadas de higiene e ganham cerca de R\$ 300 por mês, sobre os quais são aplicados descontos ilegais relativos a gastos com alimentação, habitação e também com a viagem feita para o Brasil.

Como as denúncias são raras, Bignami diz que a maior parte das 50 oficinas desmontadas até agora no Estado de São Paulo são fruto do serviço de inteligência da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, que trabalha com base em cruzamento de dados e longas investigações.

#### *Mão de obra informal*

O setor da construção civil atrai uma boa parte da mão de obra estrangeira, mas é na indústria do vestuário que os imigrantes estão mais sujeitos à exploração.

Bignami diz que há décadas a indústria têxtil vem substituindo funcionários contratados por mão de obra precária e informal. Para reduzirem seus custos, as confecções contratadas por grandes marcas terceirizam parte de sua produção por meio das oficinas de costura, na maioria das vezes ilegais.

"O fato de (o trabalhador) ser estrangeiro alimenta o sistema, porque se baseia na vulnerabilidade da pessoa, que fica escondida, não reclama", avalia.

Até agora, cinco grandes redes varejistas têxteis foram responsabilizadas diretamente por trabalho em condição análoga à de escravo: Lojas Marisa, Pernambucanas, Gregory, Zara e Gep. No total, foram emitidos cerca de 300 autos de infração que resultaram no pagamento de R\$ 6,5 milhões em multas e notificações e mais de R\$ 1 milhão em rescisões contratuais e indenizações pagas diretamente aos trabalhadores.

Para aumentar a punição dos empregadores que impõem condições de trabalho subumanas, o Estado de São Paulo aprovou em janeiro a lei nº 14.946/2013, que caça o registro do ICMS das empresas infratoras. A legislação foi sancionada pelo governador Geraldo Alckmin, mas ainda precisa ser regulamentada.

Uma vez resgatados e com indenizações individuais que podem chegar até R\$ 30 mil, o imigrante ganha um visto para permanecer no Brasil e a carteira de trabalho, tendo a opção de procurar um trabalho no mercado formal. As autoridades observam, no entanto, que a maioria desses trabalhadores prefere voltar para casa.

"Para os poucos que ficam aqui, procuramos dar apoio, oferecendo aulas de português e cursos profissionalizantes para ajudar na integração", conta Renato Bignami.

#### *Convenção da ONU*

Apesar de elogiar as iniciativas do Brasil no combate do trabalho escravo contemporâneo, a ONU vem pedindo ao governo que ratifique a Convenção sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de Sua Família, que prevê mais proteção para trabalhadores estrangeiros.

Segundo a ONG Repórter Brasil, o país é o único membro do Mercosul que não é signatário do acordo, em vigor desde 2003.

Apesar de ter sido o último país das Américas a abolir a escravidão, o Brasil foi um dos primeiros a assumir a existência de trabalho escravo contemporâneo, em 1995. Desde então vem implementando ações para o seu combate, como a criação dos Grupos Especiais de Fiscalização Móvel - GEFM, formados por Auditores Fiscais do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego e Procuradores do Trabalho, que já resgataram mais de 44 mil trabalhadores, a maior parte no meio rural.



Os empregadores flagrados com trabalho escravo atuam principalmente em setores como pecuária, produção agrícola (soja, algodão, cana-de-açúcar) e carvoeiro. No meio urbano, eles são geralmente ligados à construção civil. Os Estados do Norte e Centro-Oeste são campeões no número de flagrantes.

Empresas acusadas de praticar o crime são incluídas na "Lista Suja", um cadastro do governo que tem o objetivo de barrar linhas de crédito e fornecimento de produtos para empregadores infratores.

Um dos principais entraves nos avanços ao combate do trabalho escravo é a demora na aprovação da PEC do Trabalho Escravo, que tramita na Câmara dos Deputados desde 2004. O projeto foi aprovado em segundo turno na casa no ano passado e agora está parado na Comissão de Constituição e Justiça.

O texto prevê a expropriação de propriedades rurais e urbanas onde forem encontradas situação análoga à escravidão. No meio rural, essas

propriedades serão destinadas à reforma agrária e, no urbano, a projetos de função social.

Na avaliação do fundador da ONG Repórter Brasil, Leonardo Sakamoto, além da demora na aprovação da PEC, o governo falha em políticas de prevenção e reinserção de trabalhadores resgatados.

"O governo tem de agir de forma mais eficiente nos municípios pobres, aumentando a oferta de empregos e a conscientização de trabalhadores sujeitos à ação dos aliciadores", diz o jornalista.

Ele opina que, no campo da reinserção, mais projetos educacionais devem ser introduzidos com objetivo de qualificar trabalhadores resgatados para evitar índices de reincidência de trabalho escravo, que ficam entre 10% e 15%.

"O trabalhador volta para casa com três meses de seguro-desemprego no bolso, mais verbas rescisórias, mas assim que o dinheiro acaba, ele volta a migrar e acaba escravizado de novo", diz.

Fonte:

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/05/130508\\_trabescravo\\_estrangeros\\_fl.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/05/130508_trabescravo_estrangeros_fl.shtml) - 13.05.2013

## **Brasil luta para evitar que tráfico de pessoas vire tendência**

*Desenvolvimento econômico e proximidade de eventos esportivos atraem refugiados não só dos vizinhos da América Latina, como também da Ásia. Muitos acabam reféns de condições de trabalho análogas à escravidão.*

O crescimento econômico do Brasil não atrai apenas os migrantes dos vizinhos latino-americanos, mas também os asiáticos. E não só por uma boa causa. O país vem se tornando, rapidamente, um centro de tráfico internacional de pessoas para trabalhar em situação análoga à escravidão. Recentemente, uma quadrilha de tráfico humano, que aliciava pessoas de Bangladesh, foi desarticulada pela Polícia Federal perto de Brasília.

A libertação de 80 bengalis em Samambaia, nos arredores de Brasília, mostra uma face obscura frente à ascensão e domínio político e econômico da região. "É a primeira vez que são encontrados trabalhadores forçados de Bangladesh aqui", diz o presidente da CPI do Tráfico de Pessoas, Arnaldo Jordy Figueiredo, em entrevista à DW. "Estamos preocupados".

A inserção do maior país da América Latina no lucrativo tráfico mundial de pessoas ocorreu de forma gradual e passou quase despercebida pela opinião pública. Em 1995, o governo federal iniciou o combate ao tráfico de pessoas e trabalho escravo. Desde então, segundo dados oficiais, 44

mil pessoas foram libertadas de situações análogas à escravidão no país.

Nos últimos anos, com os grandes eventos esportivos como vitrine, o trabalho forçado foi mais internacionalizado – e também mudou do interior para os grandes centros urbanos. Atualmente, a exploração ilegal ocorre, principalmente, na construção civil e na indústria têxtil.

Em declarações à Agência Brasil, o diplomata Rodrigo do Amaral Souza, diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do Itamaraty, disse que a preocupação atualmente está em conter os "coiotes" (como são chamados os traficantes de pessoas) e regularizar a situação dos imigrantes.

O tráfico de pessoas parece ser rentável – os 80 bengalis descobertos pela Polícia Federal teriam pago até 10 mil dólares para chegar ao Brasil, com a promessa de ganhar entre 1.000 e 1.500 dólares por mês.

### *Amazonas como porta de entrada*

A maioria dos imigrantes chega pelo Norte do país, ao longo da fronteira com Bolívia, Peru e Guiana.

Em Assis Brasil, cidade que faz fronteira com o Peru, já chegou a ser necessária uma intervenção militar após os 7 mil moradores se depararem com a chegada de inúmeros refugiados haitianos. A lista de países de origem dos refugiados é longa: além do Haiti, os imigrantes vêm de Bolívia, Equador, Peru, Paraguai, República Dominicana, Senegal, Nigéria, Sri Lanka, Paquistão e Bangladesh.

O Amazonas é apenas rota de passagem para a maioria deles, que buscam trabalho nas regiões metropolitanas com mais oportunidades de emprego. De acordo com as estimativas da ONG Repórter Brasil, a grande São Paulo é o destino final de 300 mil imigrantes ilegais da Bolívia, 70 mil do Paraguai e 45 mil do Peru. Grande parte trabalha em condições análogas à escravidão.

Figueiredo comenta que trabalho é o que não falta e que a exploração de imigrantes ilegais é rentável para os aliciadores porque "estabelece condições precárias de trabalho e baixa os salários".

O foco da investigação feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é a produção têxtil clandestina. Em São Paulo, 50 oficinas de costura foram fechadas pela supervisão regional do MTE. Os imigrantes tinham que trabalhar até 16 horas por dia ganhando um salário muito baixo. De acordo com o MTE, entre os empregadores estavam fornecedores de marcas conhecidas, como Zara, Gep, Gregory, Marisa e Lojas Pernambucanas.

*Penas mais severas para as empresas*

## ENGLISH

### Tackling demand key to combating global human trafficking, UN rights expert stresses

The global scourge of human trafficking is being fuelled by demand for sexual exploitation, cheap labour, human organs, illegal adoption and forced marriages, says a new report by an independent United Nations human rights expert.

"However, the demand side should not be understood merely as the demand for [the] services of victims of trafficking, but rather more broadly, as an act that fosters any form of exploitation that, in turn, leads to trafficking," UN Special Rapporteur on

"A fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego feita nos últimos quatro anos impulsionou um debate sem precedentes sobre trabalho escravo e tráfico de pessoas", explica Renato Bignami, auditor-fiscal do MTE de São Paulo.

Atualmente, quatro diferentes CPIs acontecem em nível municipal, estadual e federal. No mês passado, a câmara aprovou pela quarta vez a prorrogação dos trabalhos da CPI do Tráfico de Pessoas por mais 120 dias. Durante as comissões, os deputados tiveram a oportunidade de acompanhar de perto as fiscalizações do Ministério do Trabalho.

"Eles puderam constatar a realidade do trabalho dessas pessoas, assim como propor reformas legislativas que poderão ter algum impacto para que se mude essa realidade", comenta Bignami.

Do debate público, já veio alguma alteração na legislação. As empresas no estado de São Paulo podem perder o alvará de funcionamento por até dez anos caso sejam constatadas situações de trabalho escravo. Também em andamento está a PEC do Trabalho escravo, que prevê o confisco de propriedades onde for constatado abusos.

Após 125 anos do fim da escravidão, o Brasil parece mais uma vez enfrentar um sistema de exploração. "O fato de terem sido encontrados trabalhadores bengalis na região do Distrito Federal não quer indicar, necessariamente, uma tendência", afirma Bignami. "O trabalho escravo e o tráfico de pessoas vindas de países vizinhos é mais preocupante do ponto de vista quantitativo."

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/1270-brasil-luta-para-evitar-que-trafico-de-pessoas-vire-tendencia> - 05.06.2013

labour and domestic servitude, sexual work and child soldiering, among other ills.

The UN has a Global Plan of Action to Combat Trafficking in Persons. Adopted in 2010, the Plan calls for integrating the fight against human trafficking into the UN's broader programmes to boost development and strengthen security around the world. It focuses on four pillars – preventing trafficking, prosecuting offenders, protecting victims and forming partnerships to fight trafficking.

In her report, Ms. Ngozi Ezeilo urges Governments worldwide to broaden their perception of the problem, stressing that the demand side of trafficking generally refers to the nature and extent of the exploitation of the trafficked persons after their arrival at the point of destination, as well as the social, cultural, political, economic, legal and developmental factors that shape the demand and facilitate the trafficking process.

“States have a responsibility to protect against human rights abuses, including trafficking in persons and exploitation of persons by third parties, including business enterprises and criminal associations, through appropriate policies, regulation and adjudication,” she said.

“Businesses must be seen as an important partner in the fight against trafficking in persons,” she underscored, adding that in a majority of trafficking cases that have been brought to her attention, private actors are often implicated – particularly in the context of labour exploitation.

Ms. Ngozi Ezeilo noted that human trafficking is a risk in a wide range of industries and sectors integrated into global markets, including agriculture and horticulture, construction, garments and textile, hospitality and catering, mining, food processing and packaging.

She also stressed the importance of ensuring that anti-trafficking measures do not adversely affect the human rights and dignity of persons, especially those who have been trafficked.

Independent experts, or special rapporteurs, are appointed by the Geneva-based Council to examine and report back on a country situation or a specific human rights theme. The positions are honorary and the experts are not UN staff, nor are they paid for their work.

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/1252-tackling-demand-key-to-combating-global-human-trafficking-un-rights-expert-stresses> - 03.06.2013

## UK is warned it is losing fight against modern slavery

*In many cases, victims of trafficking – rather than the criminal bosses – are prosecuted*

*Emily Dugan*

Britain risks “losing the fight” against human trafficking unless the criminal justice system urgently improves its response to the crime, a major study will warn.

The report, seen by The Independent, comes at a time when the number of trafficking victims identified is soaring and criminal convictions for the offence have plummeted. It is published by the Anti-Trafficking Monitoring Group (ATMG), a coalition of organisations established to scrutinise the government's progress in tackling modern slavery.

The group is calling for a unified law on the crime to make it easier to prosecute - something the Government is understood to be considering.

It found “widespread” evidence that many trafficked people are prosecuted for crimes they are forced to commit, while the criminal bosses who enslave them go unpunished. Despite legal protection for victims, the ATMG says the practice of unlawfully punishing them is common.

One woman was imprisoned for 12 months for possession of a false passport and having documents used for fraud, despite Judge Guy Kearsall QC stating, “I accept that you have been a victim of trafficking and you were exploited.” In another case of trafficking from Vietnam for cannabis farming, the defendant was sentenced to 24 months, despite the judge acknowledging he had been coerced.

Klara Skrivankova, trafficking programme co-ordinator at Anti-Slavery International, said: “Until the Government makes tackling trafficking a priority it won't be effective in prosecuting traffickers and protecting the victims. Our evidence suggests that many trafficked persons are prosecuted for crimes they were compelled to commit while their traffickers enjoy impunity. This is unacceptable. The UK is obliged by the law to investigate traffickers and protect victims from criminalisation.”

The report says “countless” examples where the police “did not recognise the crime at all” were highlighted to ATMG charities. It says human trafficking is “not a policing priority,” despite the

Government's commitment to make Britain a hostile environment for traffickers.

In one recent case, four Hungarian men who had been trafficked for labour attempted to obtain out-of-hours police assistance at four different London police stations. In all of four they were met with indifference and told this was a civil matter and not a police concern. They were only helped after an intervention by the Metropolitan Police's Trafficking and Prostitution Unit.

In another case, a man trafficked from South Asia attempted to report labour trafficking to the police, wishing to give details of the trafficker whom he claimed was exploiting others. He attended a police station in Manchester and another in Leeds and was refused help by both, who advised it was an immigration matter that should be dealt with by the Home Office.

Cases where trafficked children were re-trafficked on release from Young Offender Institutions were also identified by the group, which said it was concerned about a "revolving door" effect, leading to vulnerable children becoming victims twice.

Chloe Setter, head of advocacy at ECPAT UK, said: "We consistently see child victims of trafficking not being given adequate protection and support. There continues to be a gap in the understanding of frontline practitioners who just aren't well-enough informed about how to recognise and deal with cases of trafficking."

She added: "Prosecutions of child traffickers are rare, leaving children without justice and their perpetrators free to re-offend. This sends out a

dangerous message that the UK is not tough enough on child trafficking."

The report highlighted many arbitrary decisions by the UK Border Agency, which is responsible for deciding if someone is trafficked or not. In one example, two West African girls were trafficked at the same time to the same brothel, yet one was recognised as trafficked while the other was not. This happened despite them both participating in a high profile and ultimately successful investigation against their trafficker.

The number of trafficking victims identified in Britain continues to rise. In September 2011, 36 victims were identified, while by February 2013, 83 were found in a month. At the same time, the number of traffickers successfully prosecuted is plummeting, with just 8 convictions in 2011, half as many as in 2010 and a third of those in 2008.

Many victims' unawareness of their rights in Britain were exploited by traffickers. In one case reported to the ATMG, the trafficker dressed in a police uniform and raped the victim to reinforce fear of the authorities, and generate the belief of corruption within the UK police.

A Government spokesman said: "Human trafficking is abhorrent and we are committed to combating this crime in all its forms. We have already made significant progress in the fight against trafficking. Every prosecutor has legal guidance and access to training and thousands of front-line professionals, including border staff and police have been trained to better identify, support and protect vulnerable individuals."

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/1307-exclusive-uk-is-warned-it-is-losing-fight-against-modern-slavery> - 13.06.2013

## **Modern Slavery Rears its Ugly Head in Chile**

*By Marianela Jarroud*

In recent years, Chile has become a source, transit, and destination hub for human trafficking victims, experts say. According to judicial authorities, forced labour and sexual exploitation are the crimes most frequently associated with this "modern form of slavery".

"Although human trafficking appears to be a considerably common phenomenon in Chile, the number of criminal investigations does not match the perception that there is a greater number of cases," Mauricio Fernández, head of the Economic Crimes, Money Laundering and Organised Crime Unit of the National Prosecutor's Office, told IPS.

"Actual figures must be much higher, with many unreported cases or ignored reports," he added.

According to statistics made available by the under-secretary of the interior, from 2007 to 2011 only 22 people were identified as victims of human trafficking, most of them women and children. In that same period, 63 individuals were arrested in connection with this crime, and only 10 of them convicted.

The 2012 Trafficking in Persons (TIP) report issued by the U.S. State Department, however, identifies Chile as "a source, transit, and destination country for men, women, and children subjected to sex trafficking and forced labour".



The document notes that much of the trafficking in persons that occurs in Chile is confined within national borders, although it also involves “women and girls from other Latin American countries, including Argentina, Bolivia, Peru, Paraguay, the Dominican Republic, and Colombia (who) are lured to Chile by fraudulent job offers and subsequently coerced into prostitution or domestic servitude”.

The Organisation of American States (OAS) puts the number of people affected by human trafficking in Latin America at two million and estimates that it generates some 6.6 billion dollars in profits.

Chile only recently adopted legislation to combat this crime, when it revised its Criminal Code in 2011 (Law 20507), criminalising all forms of trafficking in persons, including trafficking for forced labour purposes and the smuggling of migrants.

“Following the criminalisation of these practices there have been some (criminal) investigations resulting in prosecution and sentencing,” Fernández said, although he admitted that “there are certainly many challenges ahead, in terms of training teams of investigators to apply and enforce a regulation that is new.”

He observed that no procedures have been put in place to “efficiently process information on suspicious circumstances that may constitute an offence of this kind.”

“Some countries are transit routes for trafficking victims, others are countries of origin or destinations, but Chile is all of these,” Father Idenilso Bortolotto, vice president of the Chilean Catholic Institute of Migration (Incami), told IPS.

Bortolotto added that this is due to the fact that Chile offers “a certain security” and is an attractive destination, amidst the many difficult “social, economic and political situations in the region”, which provide fertile ground for human trafficking.

In the Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, adopted in 2000 to supplement the Convention against Transnational Organised Crime, the United Nations defines human trafficking as recruiting, transporting, transferring, harbouring or receiving a person through the use of force, coercion or other means, for the purpose of exploiting them.

Human trafficking made headlines in Chile in 2011 when a scandal exposed the deplorable living conditions of 57 Paraguayan nationals who were working illegally in a rural estate owned by right-wing politician and businessman Francisco Javier Errázuriz.

Errázuriz, a former presidential candidate, was charged with migrant smuggling and taken to court in an action brought by the Interior Ministry and the Human Rights Institute. This past Thursday, Feb. 14, however, the judge hearing the case temporarily and partially dismissed the charges against him, based on a medical report that found him “mentally unfit” to stand trial.

In early 2012, another businessman, Eugenio Mujica, a former honorary consul in Buenos Aires during the dictatorship of Augusto Pinochet (1973-1990), recruited 43 Peruvian nationals to pick plums during the harvest in his south Chilean estate, with false promises of decent wages and accommodations.

Other cases under criminal investigation in Chile involve victims of commercial sexual exploitation who are recruited in Colombia or the Dominican Republic.

Before the law that criminalised it “we thought human trafficking didn’t exist in our country,” said Ingrid Almendras, a social worker with the non-governmental organisation Raíces, which has been investigating Chile’s sex trade for over ten years.

Almendras told IPS that while the law is “a huge step forward,” the fact that it is new means “we’re only just starting” to address the issue.

One very positive aspect that she sees in this law is that it gives foreigners who have been legally recognised as trafficking victims the possibility of staying in Chile, in contrast to what is common in Europe, where victims are sent back to their home countries.

Taking the same protection approach, Incami and the National Women’s Service opened a shelter for women victims of human trafficking.

Almendras noted that “the most damaged” among victims of the sex exploitation industry are girls, boys and adolescents who have been trafficked.

“They find themselves in strange places, with no networks to fall back on and nobody they know. They’re often forced into drug addiction, increasing their dependency and making them more compliant for potential clients,” she said.

According to the social worker, in these cases rehabilitation takes at least three to four years, because that’s how long it takes “to really get somewhere” with these victims, although every case is different.

A pending task identified by the experts consulted is the need to raise awareness on the issue among Chileans and promote greater tolerance towards immigrants.

“A great effort is needed to raise awareness, sensitise people to the plight (of these victims) and inform them,” Bortolotto said.

A recent survey by the Communication and Poverty Alliance revealed that 41 percent of the migrants polled had suffered some form of discrimination by Chileans. That figure is greater in the case of black

migrants and respondents from neighbouring countries.

“We still have a long way to go before Chileans know and understand what we’re talking about and realise that it’s a modern form of slavery,” the priest concluded.

Fonte: <http://www.ipsnews.net/2013/02/modern-slavery-rears-its-ugly-head-in-chile/> - 27.02.2013

## Trafficking in human beings: more victims in the EU but Member states are slow to respond

23.632 people were identified or presumed victims of trafficking in the EU over the 2008-2010 period. This is the most striking figure emerging from the first report on trafficking in human beings in Europe, published today by the European Commission. The report also highlights that the number of people being trafficked in and to the EU increased by 18% from 2008 to 2010, but less traffickers end up behind bars, since convictions decreased by 13% over the same period.

Despite this worrying background, to date, only 6 out of the 27 EU Member States have fully transposed the EU Anti-Trafficking Directive into their national legislation and three countries have only reported partial transposition of the directive, with the deadline having expired on 6 April 2013.

"It is difficult to imagine that in our free and democratic EU countries tens of thousands of human beings can be deprived of their liberty and exploited, traded as commodities for profit. But this is the sad truth and trafficking in human beings is all around us, closer than we think. I am very disappointed to see that, despite these alarming trends, only a few countries have implemented the anti-trafficking legislation and I urge those who have not yet done so to respect their obligations", said Cecilia Malmström, EU Commissioner for Home Affairs.

### *Full and swift transposition of the EU Directive*

In order to curb these trends the ambitious legislation and measures to address trafficking in human beings have to be adequately transposed and implemented.

If the Directive is indeed fully transposed, it has the potential to have a real and concrete impact on the lives of the victims and to prevent others from falling victim to such a heinous crime. This new EU legislation covers actions in different areas such as criminal law provisions, prosecution of offenders, victims' support and victims' rights in criminal proceedings and prevention. It also foresees the

establishment in each Member State of a national rapporteur or equivalent mechanism reporting on trends, gathering data and measure the impact of anti-trafficking activities.

### *EU rights of victims of trafficking in human beings*

Today the European Commission is also presenting an overview of the rights of the victims of trafficking in human being to provide clear, user-friendly information on the labour, social, residence and compensation rights individuals are entitled to under EU law. Such an overview will be used by victims, and practitioners (NGOs, the police, immigration authorities, labour inspectors, border guards, health and social workers) working in the field of trafficking in human beings. It will contribute to the effective realisation of these rights by helping authorities in EU Member States to deliver the assistance and protection that victims need and deserve.

### *Data collection: some key findings*

Eurostat and DG Home Affairs are publishing the first report on statistical data on trafficking in human beings at EU level, covering the reference years 2008, 2009 and 2010. All EU Member States have contributed to the report - the collection of comparable and reliable data remains however challenging and figures should be interpreted with caution, as it only represents the tip of the iceberg. A study by the International Labour Organisation shows that 880,000 people in the EU are victims of forced labour, including forced sexual exploitation.

### *Victims*

The total number of identified and presumed victims was 6,309 in 2008; 7795 in 2009 and 9,528 in 2010, with an increase of 18% over the 3 reference years.

The profile of victims by gender and age in the three reference years was 68% women, 17% men, 12% girls and 3% boys.

The majority of the identified and presumed victims over the three reference years are trafficked for sexual exploitation (62%). Trafficking for forced labour (25%) comes second and trafficking in other forms such as trafficking for the removal of organs, for criminal activities or for selling of children follow with much smaller percentages (14%).

The majority of the identified and presumed victims over the three reference years are from EU Member States (61%), followed by victims from Africa (14%), Asia (6%) and Latin America (5%).

Most victims detected in EU Member States are citizens from Romania and Bulgaria.

Most victims having citizenship outside of the EU Member States are from Nigeria and China.

The number of residence permits for victims of human trafficking having citizenship outside of the EU increased from 703 in 2008 to 1,196 in 2010.

### *Traffickers*

The total number of suspected traffickers in EU Member States decreased by approximately 17% from 2008 - 2010.

75% of the suspected traffickers are male.

Suspected traffickers for sexual exploitation represent approximately 84 % of the total number of suspected traffickers over the three reference years.

The total number of convictions for trafficking in human beings decreased by 13% from 2008 to 2010.

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/1045-trafficking-in-human-beings-more-victims-in-the-eu-but-member-states-are-slow-to-respond> - 15.04.2013

## **How to... use the media to help combat human trafficking**

*Spreading the word is essential to stopping slavery. These tips – from providing footage to showing causes to building hope – will help anti-trafficking groups to get their messages heard*

*Terry FitzPatrick*

Visibility: it's impossible to solve a human rights challenge without it. If the public can't see the problem, it's difficult to mobilise financial and political support to solve it. For those of us working to end human trafficking, visibility has been vital to building a vibrant, sustainable movement. Because trafficking is illegal, it is hidden from view, and it has taken more than a decade of media relations work to convince the public that slavery really still exists.

The movement has made substantial progress to date, but we need to keep pushing equally hard on a second front: persuading the world that slavery can be eradicated, even though it has been with us for thousands of years. To do that, effective media relations is just as important. Unless politicians and the public see progress, our momentum may stall.

Trafficking is more than a technical problem that can be solved by trained professionals working quietly behind the scenes. Because slavery has many root causes – such as poverty, corruption and gender inequality – political will is needed to implement many of the solutions.

That's where the media come in. News coverage helps to bring to the mainstream a cause like abolition, by engaging people who don't frequent human rights websites. Millions of potential supporters would take a stand against slavery if

they knew it existed and could be overcome. Their collective voice will help anti-slavery efforts to grow and succeed.

It's challenging, of course, for abolitionists to distil a complex social ill such as slavery into headlines and soundbites. In addition, providing access to rescues and victims runs the risk that insensitive journalists will push too far and traumatise survivors. But we've found that working proactively with the media has helped Free the Slaves to spread the word without jeopardising the integrity of our projects or the dignity of the people we aim to help.

Our strategy goes beyond documenting field project results for donors. It includes professionally photographing and interviewing slavery and slavery survivors, and then sharing those images and stories with journalists who could never afford to visit international slavery hotspots themselves. It includes prepping survivors who are willing to speak, so they can do so in a media-friendly way. It also includes training journalists about how to cover slavery in a sophisticated way.

### *Tips for media engagement*

*Create your own visuals*

Every journalist wants to go on a rescue. They want interviews, photos and video of people currently in some form of enslavement or forced labour. Get them what they want, but think about doing it for them with your own cameras. As mentioned above, bringing a news crew into a situation where there are vulnerable, terrified and exploited people can be extremely traumatic and potentially dangerous for everyone involved. Cameras are now small and cheap. Train your frontline staff to use them. Create a library of visuals for media use and ensure that your staff are also trained in how to interview potential case studies in an appropriate and sensitive way.

#### *Present a complete narrative arc*

The old rule of dramatic writing is to follow the "three Cs": characters, conflict, change. That means finding compelling characters and showing how they confronted and conquered adversity. Those who have experienced slavery, but are now free, embody success, progress and hope. Those stories are safer and easier to do logistically, and they're more rewarding for the audience.

#### *Show context and causes*

There are reasons that slavery is thriving. A variety of social, economic and political problems make people vulnerable; these include migration, poverty, racial and gender discrimination, governmental corruption, inadequate regulations and legal enforcement, overpopulation and economic globalisation. Until these root causes are addressed, survivors may fall back into slavery or others may be enslaved in their place. Being conversant on these trends helps to ensure that

your organisation is featured in the story along with slavery survivors.

#### *Show solutions*

It's important to focus as heavily on sustainable freedom for people who have escaped as it is to talk about the root causes that lead to enslavement in the first place. If you present a balanced outlook (causes and cures) to journalists, there's a better chance that they will write a balanced story.

#### *Show connections*

Many items today are manufactured by slaves, or contain slavery-tainted raw materials. From coffee to cocoa to cars to cotton to cell phones and computers, the list goes on. It's important that journalists know that many of their readers/listeners/viewers are directly connected to slavery. It will get the public's attention.

#### *Build hope*

It's easy for the public to think of people in slavery as lost souls whose lives are broken and cannot be mended. But it isn't true. I've interviewed many slavery survivors, and I can say from personal experience that people can and do return to normal, fulfilling lives after enslavement, no matter how brutal the experience was. Break the mystique about slaves and slavery. That will go a long way to breaking the back of slavery itself.

Some good examples of where the media's engagement with this issue has really worked include the CNN Freedom Project and Al-Jazeera's Slavery: A 21st Century Evil campaign.

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/1261-how-to-use-the-media-to-help-combat-human-trafficking> - 04.06.2013

## **ESPAÑOL**

### **Cubanos y chinos, los más traficados por los 'coyotes' colombianos**

*El año pasado las autoridades descubrieron a 333 cubanos en ruta ilegal hacia Estados Unidos.*

“En Pasto hay un retén a la salida del terminal. No falla: con 50 dólares se cuadra (...) En Honduras, la Policía, los buseteros y los ‘coyotes’ son uno. Tienen que ser duros para no dejarse quitar el dinero (...) De Chiapas a Veracruz (México) hay 12 horas de camino y más de 20 retenes; cada uno pedirá de 500 a mil pesos” (10 dólares).

Recomendaciones como esas son las que tiene la ‘biblia’ de los ilegales cubanos que buscan coronar el ‘sueño americano’ a través de una ruta que empieza en Quito –Ecuador no les pide visa–, pasa por Colombia y termina 4.000 kilómetros al norte, en la frontera de México y Estados Unidos.



El documento lo tenía uno de los cubanos detectados hace algunas semanas en los controles de Migración Colombia, autoridad de control de entrada y salida del país y clave para develar cómo operan las mafias que se lucran de ese tráfico humano. Lo mandó, vía electrónica desde Miami, Ignacio, un ilegal que hizo el azaroso recorrido entre junio y julio del 2012.

En siete páginas, que hoy se distribuyen de mano en mano entre los cubanos, el hombre reconstruyó la ruta, con costos de hoteles y comida, riesgos y tarifas de la corrupción a lo largo de ocho países. Al menos 1.500 dólares vale el viaje (el sueldo que recibe un médico en la isla en 5 años), y casi una tercera parte de esa plata se queda en las redes que los mueven desde Ipiales hasta la frontera con Panamá.

### *Explotados en Ecuador*

Los que tienen familiares en Estados Unidos reciben plata para el viaje a través de giros. Pero a la mayoría les toca trabajar en condiciones de explotación en Ecuador para juntar más dólares para el resto del trayecto.

El solo paso por mar de Turbo a la frontera con Panamá, donde acaban de hallarse siete cuerpos de ilegales náufragos, cuesta 300 dólares. “Los precios pueden subir, pues en cuanto la guerrilla y los paramilitares se enteran de un lugar de donde salen cubanos, piden a los lancheros parte en el negocio. Ya eso ha pasado en Turbo y Buenaventura”, dice el mensaje de Ignacio. En el 2010, un reportaje de este diario por la ruta del tráfico de personas comprobó que tanto Farc como nuevas bandas se lucran del negocio en sus zonas de influencia.

Al llegar al otro lado del golfo de Urabá, los cubanos y otros traficados hacen tres horas de camino por la selva, para llegar a Panamá.

El camino, señala una fuente que lo conoce, está lleno de prendas: son las señales que les dejan a los que vendrán detrás, para que no se pierdan en la manigua.

La instrucción al llegar a los puestos de control en el vecino país es “entregarse y decir que son cubanos”. Allí reciben un permiso de tránsito que aprovechan para viajar, por avión, hasta Ciudad de Panamá. De ahí siguen por tierra a Costa Rica, por donde usualmente pasan sin problemas. “Atención: siempre digan a las autoridades de cualquier país que van de tránsito a EE. UU”, es la recomendación. Mientras que en Colombia fueron detectados 333 cubanos ilegales el año pasado,

2.658 llegaron a Panamá y pidieron asistencia humanitaria. Todos pasaron por nuestro país.

En las siguientes paradas de la ruta, la situación vuelve a complicárseles. “En Nicaragua, si te cogen, te devuelven para Costa Rica; si te cogen cerca de Honduras, te cobran 100 dólares y te dan salvoconducto para seguir”, dice el mensaje de Ignacio.

En este último país, que tiene un convenio con EE. UU. para facilitar el tránsito de cubanos, suelen retenerlos para sacarles algo de dinero, pero el consejo es resistirse porque legalmente no pueden detenerlos. Guatemala y México se atraviesan entonces entre ellos y el ‘sueño americano’.

Para ese momento llevarán un mes viajando, abandonados en las manos de los ‘coyotes’ de cada país. En México, a donde entran en balsas, normalmente no los detienen. Pero los que tienen problemas de papeles deben buscar paso a Estados Unidos por ‘el hueco’. Ese servicio puede valer hasta 2.300 dólares.

De los 700 extranjeros descubiertos el año pasado por Migración Colombia en la ruta hacia el norte del continente, casi la mitad eran cubanos.

Hasta hace un par de años entraban desde Venezuela (usualmente, médicos desertores de los programas asistenciales del gobierno Chávez), pero ahora vuelan de La Habana a Quito aprovechando que Ecuador no les pide visa y por la apertura en el régimen de salida de la isla. Son miles los que deciden usar una ruta más larga y costosa, pero casi siempre menos peligrosa que la de los famosos ‘balseros’ que retan el Caribe hasta las costas de Miami.

Los chinos también siguen entrando ilegalmente a Colombia, pero ya no solo buscan paso hacia Estados Unidos. Y los casos descubiertos por los investigadores de Migración Colombia muestran que decenas de dominicanos están entrando a Colombia de camino hacia Brasil, a través de redes manejadas por haitianos. El destino final es Guyana Francesa, donde obtienen nacionalidades falsas y visa a Europa.

### *Venezuela, nuevo destino de los chinos*

Los chinos, que pagan hasta 30.000 dólares para salir ilegalmente de su país y llegar hasta Estados Unidos (donde trabajan por años para pagar esa deuda), están cambiando de destino.

Eso es lo que muestran las cifras de las autoridades colombianas. Si bien los casos de los que buscan como sea –incluso en contenedores de barcos que salen de Buenaventura– paso hacia

Panamá siguen siendo frecuentes, lo que Migración Colombia ha detectado en los últimos meses es un inusitado interés de los ciudadanos chinos por llegar a Venezuela.

Un enorme complejo industrial chino-venezolano que se está construyendo en la ciudad de Valencia, estado Carabobo, parece ser el destino de muchos de los 125 nacionales de ese país asiático descubiertos en controles migratorios.

Una nueva modalidad de ingreso es llegar en tránsito al aeropuerto Eldorado, donde deliberadamente pierden sus conexiones. Se investigan posibles complicidades de funcionarios que les permiten salir del aeropuerto, de donde viajan hacia Norte de Santander y de allí a Venezuela.

Las redes de traficantes también los están trayendo con visados irregulares (los tramitan en Beijing o Hong Kong con papeles de empresas que requieren personal especializado en Colombia); o con el pretexto de adelantar estudios superiores en el país.

Hubo varios casos de chinos que se matricularon en una universidad de Barranquilla y que asistieron apenas la primera semana. Después los hallaron

trabajando ilegalmente en restaurantes, juntando plata para seguir viaje hasta EE. UU.

#### *Traficantes aprovechan vacíos migratorios*

El director de Migración Colombia, Sergio Bueno, advierte que las mafias aprovechan cualquier resquicio legal en los países de la región para mover su tráfico ilegal, el tercero más lucrativo después del de drogas y el de armas.

“Están pendientes de dónde se levantan los visados o se flexibilizan los controles de ingreso para abaratar sus costos”, señala. Las investigaciones muestran que en cada país de la ruta hacia el ‘sueño americano’ existen ‘coyotes’ locales que se lucran de los migrantes y los exponen a riesgos mortales.

“Seguimos en la misión de fortalecer los controles para detectar a estos extranjeros y protegerlos, porque son víctimas”, dice Bueno. Y agrega que centenares de personas en el país que ayudan a mover a los ilegales –conductores de buses, empleados de hoteles, lancheros– no tienen en cuenta que se exponen a penas de hasta 12 años de cárcel por tráfico de migrantes.

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/795-cubanos-y-chinos-los-mas-traficados-por-los-coyotes-colombianos> - 18.02.2013

## **España, el segundo país de la UE con más víctimas de tráfico de personas identificadas y presuntas en 2010**

*Bruselas advierte de que tomará medidas contra España y otros 20 países si no aplican la directiva comunitaria contra el tráfico de personas*

España, con 1.605 víctimas de tráfico de personas identificadas y presuntas, es el segundo país de la Unión Europea con mayor número de víctimas en 2010, sólo por detrás de Italia, que registra por su parte 2.381, y por delante de Rumanía, con 1.154, Países Bajos con 993 y Alemania con 651, según datos de Eurostat recogidos en el primer informe sobre tráfico de seres humanos entre 2008 y 2010 publicado por la Comisión Europea.

España es uno de los países donde más ha aumentado el número de víctimas entre 2009 y 2010, desde las 443 víctimas identificadas o presuntas registradas en 2009 hasta las 1.605 un año después, según datos del informe que no dispone de datos relativos a 2008 en el caso de España ni de Reino Unido.

Lituania, Malta, Luxemburgo y Portugal son los cuatro países con menos de diez víctimas identificadas y presuntas en cada caso en 2010 y se consolidan por tanto como los países con

menos número de víctimas en toda la UE, según refleja el informe.

Un total de 23.632 personas han sido identificadas como víctimas o presuntas víctimas de trata de seres humanos en toda la UE entre 2008 y 2010 y reflejan un aumento del 18% en este periodo de tres años (desde las 6.309 en 2008 a 7.795 en 2009 y 9.528 en 2010), una cifra calificada de "alarmante" por la comisaria del Interior, Cecilia Malström, en rueda de prensa para presentar el informe.

En el caso de España, la comisaria ha atribuido el aumento del número de víctimas en 2010 al hecho de que las distintas autoridades competentes "son mejores" a la hora de identificar a las víctimas.

Malström ha advertido de que la cifra de víctimas en toda Europa se cree que es "sustancialmente" mayor y ha insistido en que los Estados miembros deben "hacer más" para combatir el fenómeno, que ha admitido que ha crecido por la crisis, debido al aumento de la demanda laboral sumergida. La

Organización Internacional del Trabajo (OIT) eleva por su parte hasta las 880.000 el número de personas en la UE obligadas a trabajar de forma forzosa, incluida la explotación sexual.

El 68% de las 23.632 víctimas identificadas y presuntas en la UE son mujeres, el 17% son hombres, el 12% son niñas menores de edad y el 3% son niños menores, según refleja el informe.

La mayoría de las víctimas, el 62%, son víctimas de explotación sexual, mientras que el 25% son víctimas de explotación laboral y el 14% son víctimas de tráfico de órganos, reclutadas para actividades criminales o la venta de menores.

Uno de los datos más escalofriantes del informe es que el 61% del total de 23.632 víctimas identificadas o presuntas en la Unión Europea son ciudadanos comunitarios, especialmente de Bulgaria y Rumanía y sobre todo de la comunidad gitana. El 14% de las víctimas proceden de África, especialmente de Nigeria, el 6% de Asia, fundamentalmente de China, y el 5% de Latinoamérica.

#### *Crece la trata humana, pero bajan las condenas*

A pesar del aumento del número de víctimas, el de traficantes y criminales sospechosos se ha reducido en estos tres años un 17% y el número de condenados un 13%, datos que la comisaria ha achacado a la dificultad de "probar" el delito del tráfico de personas y el hecho de que frecuentemente las víctimas no denuncian por temor.

En toda la UE, se juzgaron 1.119 criminales de tráfico de seres humanos en 2008, 1.103 en 2009 y 1.214 en 2010. El 75% de los presuntos traficantes son hombres y el 84% reclutan a víctimas para su explotación sexual.

En el caso de España el informe no ofrece datos para 2009 y 2010 y sólo recoge el caso de un hombre juzgado por tráfico de seres humanos en 2008.

En el caso de las condenas criminales por tráfico de seres humanos, 1.534 personas fueron condenadas en toda la UE, 1.445 en 2009 y 1.339 en 2010, según datos del informe, que no ofrece datos en el caso de España, ni tampoco para Irlanda, Grecia y Eslovenia.

#### *Bruselas insta a países a aplicar la directiva contra el tráfico humano*

Malmström ha criticado que en países "libres y democráticos" como los europeos decenas de miles de humanos son privados de su libertad y

explotados y ha lamentado que pese a estos datos "sólo unos pocos" Estados miembros han transpuesto la directiva europea contra el tráfico de seres humanos, aprobada en 2011.

Hasta la fecha, sólo seis Estados miembros - República Checa, Letonia, Finlandia, Hungría, Polonia y Suecia - han notificado a la Comisión Europea la transposición completa de la Directiva a pesar de que la fecha límite para transponerla expiró el pasado 6 de marzo. Otros tres - Bélgica, Lituania y Eslovenia - le han notificado su transposición parcial.

Malmström ha instado al resto de Estados miembros, incluido España, a adoptarla "sin retrasos" para dar "una señal" a las víctimas, ha avanzado que contactará con todos ellos para determinar la fase de transposición actual y les ha advertido de que tomará "las medidas necesarias" para garantizar que la cumplen. "Siempre hay la posibilidad procedimientos de infracciones y multas", les ha avisado.

La legislación comunitario contra el tráfico de seres humanos que entra en vigor este lunes prevé medidas en áreas como el Derecho Penal, el enjuiciamiento de los traficantes, de apoyo a las víctimas y recoge sus derechos en procedimientos criminales judiciales y medidas de prevención.

La normativa comunitaria contempla una definición común del delito, de las circunstancias agravantes, penas elevadas y la posibilidad de juzgar a nacionales de la UE por delitos en otros países, así como de utilizar herramientas de investigación de la lucha contra el crimen organizado como los pinchazos telefónicos o el rastreo de los activos del crimen.

Además de protección policial para las víctimas y asesoramiento legal para solicitar compensación, la normativa también contempla apoyo a las víctimas en términos de alojamiento y asistencia médica y psicológica y derecho a información e interpretación durante los procedimientos judiciales. Las normas prevén que la víctima comience a recibir apoyo tan pronto como sea identificada y tendrá derecho a asistencia antes, durante y después de los procedimientos judiciales.

También estipula la creación de un responsable a nivel nacional o mecanismo equivalente para recoger datos del fenómeno, informar sobre tendencias y medir el impacto de las actividades contra el tráfico de seres humanos y prevé un apoyo específico para las víctimas más vulnerables con el objetivo de evitar que vuelvan a caer presas del abuso por segunda vez.

El Ejecutivo comunitario ha publicado este lunes un documento sobre los derechos de las víctimas, basados en la Carta Europea de Derechos Humanos y la jurisprudencia del Consejo Europeo de Derechos Humanos en Estrasburgo, que varían desde la asistencia de emergencia, asistencia sanitaria y laboral, derecho de residencia y de

acceso a la justicia y letrado y sus posibilidades de compensación para facilitar información "clara" tanto a las víctimas, como a los Estados miembros y autoridades judiciales y ONG.

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/1044-espana-el-segundo-pais-de-la-ue-con-mas-victimas-de-trafico-de-personas-identificadas-y-presuntas-en-2010> - 15.04.2013

## Jóvenes indias, presas fáciles de la trata de personas

*Un matrimonio de la comunidad adivasi parece ya haber perdido las esperanzas de volver a ver a tres de sus cuatro hijas. El pintoresco entorno de su casa, ubicada en un remoto pueblo en las laderas del Himalaya, en este oriental estado indio de Assam, no condice con su vacío interno.*

*Por Ranjita Biswas*

"Pobres e ignorantes, los padres sencillamente no saben a dónde se fueron sus hijas", explicó Sunita Changkakati, directora ejecutiva del no gubernamental Centro Assam para el Desarrollo Rural, de Guwahati.

Los adivasis son un pueblo aborigen; sus ancestros eran reclutados por los colonos británicos en el centro de India y llevados a trabajar a las plantaciones de té de Assam. Esta comunidad sufre la amenaza de las redes de trata de personas

Traficantes acechan en busca de presas ingenuas, engañándolas con promesas de mucho dinero, con la tentación de la vida citadina o con la posibilidad de escapar de su monótona existencia.

Algunos incluso insinúan la posibilidad de matrimonio, atrapando a muchachas impresionables de las que dicen haberse enamorado y con las que se "casan" en secreto. Pero en vez de la luna de miel prometida, las obligan a prostituirse.

En los últimos años hubo varios casos sonados en la prensa de muchachas del noreste de India, y de otras partes de Assam, que fueron rescatadas de burdeles de Nueva Delhi, Mumbai, Pune y otros lugares del país.

Según cifras del Departamento de Investigaciones Criminales de este estado, la cantidad de muchachas víctimas de la trata de personas en Assam pasó de apenas cuatro en 2005 a 37 en 2009, 54 en 2011, y a 79 en 2012.

Pero estas cifras podrían ser mayores en la realidad, pues los padres rara vez denuncian la desaparición de sus hijas.

No todas las muchachas desaparecidas terminan en el comercio sexual. Por extraño que parezca, muchas de ellas, algunas menores de 18 años, se casan con campesinos muchos mayores en

estados alejados como los occidentales de Punjab, fronterizo con Pakistán, y de Haryana, vecino de este último.

El feticidio e infanticidio femenino distorsionaron la proporción de hombres y mujeres en esos dos estados del norte, y dieron lugar a la práctica de "comprar" pareja, sin importar las diferencias culturales mutuas.

Otras víctimas de la trata son trabajadoras domésticas en las grandes ciudades. Por lo general "suelen estar mal remuneradas y tienen una situación casi de servidumbre", remarcó Stephen Ekka, de la organización no gubernamental Pajhra ("fuente de vida"), en la localidad de Tezpur, en Assam.

"La trata no se refiere solo a las personas que se venden para el comercio sexual", precisó Ekka, él mismo un adivasi. "Cualquier persona confinada sin su consentimiento a un trabajo puede ser considerada víctima de la trata de personas", explicó.

Rajeeb Kumar Sharma, secretario general de la Organización Global para el Desarrollo de la Vida (GOLD, por sus siglas en inglés), de Guwahati, contó a IPS el caso de un trabajador doméstico contratado por un agente de Nueva Delhi que se quejaba de dolores estomacales.

Cuando fue trasladado al hospital descubrió que le habían extirpado un órgano sin su conocimiento. Luego le dijeron que, dado que sus empleadores habían gastado mucho dinero en él, debía compensar las pérdidas con el trabajo de otra persona de su aldea que no tuviera impedimentos físicos.

La pobreza y el desempleo crean desesperación en las personas, y las convierten en presas fáciles de la trata. La falta de movilidad social, así como



de educación y de oportunidades para los jóvenes, agravan el problema.

Mientras, las famosas plantaciones de té de Assam, una gran fuente de empleo e ingresos para la población local, atraviesan tiempos difíciles.

Una forma de reducir los costos de las empresas fue recurrir a la mano de obra zafral, en especial en la época de recolección. En este contexto, no es raro que las muchachas busquen trabajo.

Aun en las aldeas más aisladas, solo mencionar a Nueva Delhi equivale a pronunciar una palabra mágica que ofrece un mundo de riquezas incalculables.

Muchas veces suele aparecer de visita una muchacha que afirma proceder de la capital, vestida con ropas elegantes, muy maquillada y alardeando sobre todo el dinero que gana. Pero es solo una estrategia para atraer a jóvenes inocentes.

Atrapadas, muchas parten en busca de un sueño y regresan luego de vivir una pesadilla, si es que vuelven.

Organizaciones no gubernamentales y grupos de estudiantes colaboran para crear conciencia sobre el problema, rescatar a las víctimas y rehabilitarlas.

Varios grupos de la sociedad civil comenzaron a implementar la Ujjwala, una estrategia para combatir la trata de personas, en especial de muchachas obligadas a prostituirse. Se crearon comités de vigilancia que están atentos a posibles casos y trabajan en estrecha colaboración con la policía para rescatarlas.

En 2012, 78 muchachas fueron ingresadas en refugios.

La rehabilitación de las víctimas es difícil, en especial si son recuperadas después de varios años, debido al estigma social.

"Algunas regresaron en mal estado de salud", puntualizó Ekka, de Pajhra. "Parecen deprimidas, pero no quieren hablar mucho sobre lo que les pasó", apuntó.

El Departamento de Investigaciones Criminales creó 14 unidades contra la trata de personas y vigila especialmente las estaciones de trenes.

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/1085-jovenes-indias-presas-faciles-de-la-trata-de-personas> - 29.04.2013

## **Dominicanas en Argentina, una inmigración vulnerable**

*A pesar de la lejanía geográfica entre ambos países, Argentina es un destino apetecido para muchos emigrantes de República Dominicana, en particular para mujeres, que corren el riesgo de quedar expuestas a redes de trata y explotación sexual.*

*Por Marcela Valente*

La inmigración dominicana es mucho menos numerosa que la de paraguayos, bolivianos, peruanos y uruguayos, que constituyen 80 por ciento de los extranjeros radicados en el país desde 2004, pero sobresale por problemas específicos de inserción laboral.

Clarisa Rondó, de la Asociación de Dominicanos Residentes en Argentina, contó a IPS que las mujeres de su país llegan en busca de mejores horizontes laborales, pero debido a dificultades de acceso al mercado muchas caen en redes de prostitución.

"Argentina es un país que nos acoge, nos hace sentir que damos un paso adelante. Es grande, generoso, que ofrece posibilidades", aseguró. Rondó llegó sola con 21 años en 1994, luego se casó, tuvo hijos, se divorció y estudió un profesorado en artes.

"Siempre han venido más mujeres que varones, porque al hombre le cuesta más insertarse", explicó, para luego aclarar que a las mujeres

también les resulta difícil, pero "se meten en la prostitución", admitió con pena.

"Hay muchas que son analfabetas, no consiguen trabajo y no les queda otra, se meten en ese circuito", dijo.

La presencia de dominicanas en Argentina se hace visible cuando la policía allana sitios en los que se ejerce la prostitución en Buenos Aires o en provincias como Córdoba, Misiones, La Pampa, Tierra del Fuego, Río Negro o San Luis.

Si bien no hay estadísticas oficiales, Rondo estimó que hay unos 40.000 dominicanos y dominicanas viviendo en Argentina, 15.000 de los cuales lo hacen en la ciudad de Buenos Aires.

La socióloga Lucía Núñez, de la estatal Universidad Nacional de San Martín, explicó a IPS que, tradicionalmente, los dominicanos emigraban a Estados Unidos o a España, pero a mediados de los años 90 comenzaron a llegar a Argentina.

La paridad del valor del peso argentino con el dólar, fijado en esa década por ley, fomentó el ingreso de inmigrantes del resto de América Latina, que aprovechaban ese tipo de cambio para enviar importantes remesas de dinero a sus países de origen, recordó.

Esa fue una de las principales razones de esa oleada migratoria, unida al idioma común y a la demanda argentina en el área de servicios de baja calificación, como empleos domésticos, peluquerías, restaurantes y el cuidado de niños, niñas y ancianos, precisó.

Una investigación realizada por el Servicio Ecuménico de Orientación y Apoyo a Migrantes y Refugiados, más conocido como CAREF, fueron miles los que ingresaron en aquella década.

Publicado por la Organización Internacional para las Migraciones, el estudio titulado "Migración, prostitución y trata de mujeres dominicanas en Argentina" sostiene que entre 1995 y 2002 se radicaron entre 12.000 y 15.000 inmigrantes de ese país.

En los últimos años, a pesar de que ya el tipo de cambio no resulta un atractivo, esta población sigue llegando. "Tenemos muchos años viniendo y algunas consiguen aquí tener un posicionamiento", afirmó Rondo.

La activista explicó que, en algunos casos, las mujeres hipotecan sus casas para viajar tras la promesa de conseguir un empleo en el servicio doméstico, pero son captadas por redes de trata de personas y explotación sexual.

Al llegar a Argentina, el acceso al empleo se complica, comienzan a contraer deudas con quienes les financiaron parte del viaje y terminan cayendo en la prostitución o en la trata, señaló Rondo.

Núñez coincide. "Llegan a Argentina con promesas laborales que no resultan ser las esperadas, con la esperanza de alcanzar una inserción laboral que les permita mejores condiciones de vida que las que tienen en su país", remarcó.

Una vez aquí "se les dificulta conseguir otro tipo de inserción laboral fuerte", señaló la socióloga, autora de "Construyendo mapas: Cuerpos femeninos, espacio y jerarquización racial en la práctica de la prostitución en la Ciudad de Buenos Aires".

Sostuvo, además, que las mujeres al emigrar saben que la prostitución es una de las posibilidades por experiencias que ya conocen, pero "muchas piensan que no será su caso".

Núñez estudió la vinculación entre la prostitución callejera y la inmigración femenina en la ciudad, y se centró en las dominicanas, que tienen gran visibilidad por ser afrodescendientes en un país de mayoría blanca o mestiza.

En su interpretación, existe una imagen sobre el cuerpo de la mujer afrodescendiente como hipersexualizada, en contraposición a la mujer blanca o indígena, y eso las hace aún más vulnerables.

"Por ahí a ellos les gustan (las mujeres dominicanas) porque nosotras tenemos los pechos grandes", especula una mujer de esa nacionalidad en situación de prostitución en Buenos Aires, entrevistada por Núñez para su investigación.

"Mi mamá no quería que viniera para acá", confiesa otra que también ofrece su cuerpo en la calle en entrevista con la investigadora. "Me decía a lo que venían las mujeres para acá y yo no le creía".

Frente a este fenómeno, el gobierno argentino comenzó a exigir visa a los inmigrantes dominicanos a partir de agosto de 2012, y facilitó los trámites de residencia permanente para aquellos que ya se encontraban en el país.

Rondo cree que la visa no es una solución. Lo mismo piensan en el CAREF, adonde IPS consultó a Gabriela Liguori, y en la embajada de República Dominicana en Buenos Aires. Todos afirman que la exigencia no frenará el problema.

"Esto empeora las cosas, porque va a ser difícil, pero van a buscar otros medios de entrada por tierra, en forma ilegal, y después van a quedar menos protegidas y más expuestas al negocio de la trata", advirtió la activista.

En cambio, sí creen que es una buena idea facilitar los trámites de regularización de los que entraron como turistas y hoy están ilegales, porque les permite obtener una residencia precaria –por tres años- con la que pueden trabajar.

El programa tiene asistencia del consulado dominicano, del ministerio de Relaciones Exteriores de Argentina y de la Oficina de Rescate y Acompañamiento de las Personas Damnificadas por el Delito de Trata, del ministerio de Justicia.

El régimen de regularización se lanzó en enero y se prolongará hasta julio. En marzo se habían otorgado ya 631 residencias precarias, según informa la Dirección Nacional de Migraciones en su página de Internet.

"Mi idea es que la gente que venga pueda regularizar su situación, estudiar o trabajar porque si algunas vienen por la prostitución, que al menos

tengan otras alternativas. Pero sin documentación, están obligadas a prostituirse", finalizó Rondo.

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/1136-dominicanas-en-argentina-una-inmigracion-vulnerable> - 07.05.2013

## Evolución inquietante de trata de personas en sudeste de Europa

La trata de seres humanos experimenta una "inquietante" evolución en el sudeste de Europa con un aumento de todas las formas de explotación y, especialmente, las que afectan a los menores, según expertos reunidos el jueves y el viernes en Bucarest en una conferencia organizada por Francia y Rumania.

"Hay un aumento del tráfico y no solo para la explotación sexual", declaró Maria-Grazia Giammarinaro, representante para este tema de la Organización para la Seguridad y la Cooperación en Europa (OSCE).

Cada vez más mujeres, hombres y, especialmente, adolescentes y niños oriundos de países de los Balcanes, de Moldavia o de Ucrania son víctimas de redes que les obligan a prostituirse, a trabajar como esclavos, a mendigar o a cometer delitos.

Su destino suele ser la "vieja Europa", al oeste, pero también Rusia, Turquía, Chipre y las zonas turísticas en torno al Mar Negro, como Rumania o Bulgaria, y el Adriático, como Croacia o Montenegro.

"El fenómeno de la trata en el sudeste de Europa es preocupante porque la explotación de menores está aumentando. Las redes se centran en las personas más vulnerables", indicó a la AFP Erin Panloup, consejero regional para Francia en la lucha contra el tráfico de personas en el sudeste de Europa.

Los menores son obligados a prostituirse, a robar o a mendigar, explica este policía francés que recorrió 16 países de la región.

En Rumania, la mayoría de las mujeres identificadas como víctimas de trata en 2011 tenían 16 años, según cifras oficiales.

Sin embargo, resulta difícil dar cifras precisas sobre el número de víctimas debido a la clandestinidad de estas actividades pero también a los diferentes métodos que se utilizan en Europa para contabilizar estos casos.

A pesar de ello, los participantes en esta conferencia organizada por Francia y Rumania aseguran que el fenómeno está aumentando.

Para combatirlo no hay que trabajar únicamente en la represión y en la colaboración entre las policías de los diferentes países. "La lucha contra la trata no puede prescindir de la cooperación con las ONG porque la asistencia y la protección de las víctimas es crucial", explica Panloup.

Presentes sobre el terreno, las ONG establecen contactos de confianza con las víctimas, primer paso para poner fin a la explotación. Solo una persona protegida aceptará testificar contra quienes la explotaron.

La prevención también es fundamental pero difícil en una parte de Europa que sufre pobreza, un desigual acceso a la educación y al trabajo y una falta de cultura democrática, explicó Marian Titulescu, secretaria rumana de Estado de Interior.

"Tememos que los moldavos que trabajan en Europa occidental pierdan su empleo y caigan en redes de explotación", explica Yecaterina Berejan del Comité Nacional de Lucha contra la trata de Moldavia, el país más pobre de Europa, donde son reclutadas muchas de las víctimas.

"Los carteles de advertencia están bien, pero ¿qué se puede hacer en los guetos cuando las familias tienen unos ingresos mensuales de apenas 50 euros y una niña que se prostituye gana 200 euros por día?", se preguntó Valeriu Nicolae, que trabaja en un barrio desfavorecido de Bucarest.

"¿Qué hacemos para impedir la trata, cuando no existe nada para estimular la creación de empleos en estas zonas o para ofrecer una alternativa?", insistió.

Fonte: [http://vidayestilo.terra.es/padres/evolucion-inquietante-de-trata-de-personas-en-sudeste-de-europa\\_4e1157406deda310VgnCLD200000ec6eb0aRCRD.html](http://vidayestilo.terra.es/padres/evolucion-inquietante-de-trata-de-personas-en-sudeste-de-europa_4e1157406deda310VgnCLD200000ec6eb0aRCRD.html) - 09.11.2012

## La trata de personas genera 16.000 millones de dólares al año en América Latina

La trata de personas y los delitos conexos generan unos 30.000 millones de dólares al año a nivel mundial y 16.000 millones de dólares en América

Latina, en donde afectan a más de nueve millones de personas, denunció hoy en Guatemala la Organización de Estados Americanos (OEA).

A partir de esas cifras representantes de los países del continente iniciaron este lunes en la capital guatemalteca la discusión sobre estrategias conjuntas para hacer frente a ese flagelo, en el marco de la III Reunión de Autoridades Nacionales en Materia de Trata de Personas.

La cita de dos días, que fue convocada por la OEA, y que se celebra en un hotel del sur de la capital guatemalteca, reúne a funcionarios y representantes de organizaciones no gubernamentales que trabajan en la prevención y atención a las víctimas de esos grupos.

Albert Ramdin, secretario general adjunto de la OEA, durante la inauguración del encuentro, detalló que a nivel mundial la trata de personas "es una industria" que cada año genera ganancias por 30.000 millones de dólares y 16.000 millones de dólares en América Latina, y que en ésta zona más de nueve millones de personas son víctimas de ese delito.

Ramdin instó a los países de las Américas a "unir esfuerzos" para terminar con ese flagelo que afecta principalmente a niños y mujeres en situaciones de riesgo.

Según cifras del organismo, más de 1,2 millones de niños, niñas y adolescentes de América Latina, son víctimas en la actualidad de esos grupos criminales que aprovechan su vulnerabilidad para arrastrarlos hacia la prostitución y el trabajo forzado, entre otros delitos.

Ramdin advirtió a los participantes del encuentro, sobre "el aprovechamiento" que los criminales hacen de las nuevas tecnologías de la comunicación para ampliar sus redes delictivas, y alentó a los países a tomar en cuenta esas realidades al momento de diseñar sus estrategias de combate y prevención.

La OEA reconoció que se han registrados "éxitos y avances importantes" en los diferentes países del continente que han aprobado leyes modernas para hacer frente a estos delitos, pero señaló que "aún falta" camino por recorrer, principalmente en lo

relacionado con la atención y rehabilitación de las víctimas.

"Una persona tratada es mucho, es demasiado", y por lo tanto no solo se debe legislar y coordinar acciones conjuntas para abolir la trata de personas y los delitos que se derivan de ésta, sino también "proteger y ayudar a las víctimas", anotó Ramdin.

Los países americanos, agregó, deben de trabajar "para prevenir este delito, pero también para castigar a quienes lo cometan", así como "hacer esfuerzos para rehabilitar a las víctimas por medio de campañas de concienciación, planes, políticas y estrategias nacionales y regionales".

Por su parte, el canciller guatemalteco, Harold Caballeros, indicó que en los últimos años, en la región centroamericana se han incrementado los casos de servidumbre doméstica, esclavitud, explotación sexual, tráfico de órganos, explotación infantil, entre otros.

Zulma Subillaga, titular de la Secretaria contra Violencia Sexual, Explotación y Trata de Personas de Guatemala, dijo a Efe que como resultado del encuentro, se esperan "consensos regionales sobre las acciones, estrategias y coordinaciones conjuntas" para hacer frente a las estructuras criminales dedicadas a esos delitos.

Durante los dos días del encuentro, los participantes conocerán los avances de cada país del continente en la implementación del Plan de Trabajo 2010-2012, así como el detalle de las acciones emprendidas por otros organismos regionales para prevenir y combatir la trata de personas.

Las reuniones anteriores se realizaron en la isla Margarita (Venezuela) en 2006, y en Buenos Aires (Argentina), en 2009, en las que se estudiaron los mecanismos de cooperación integral entre los Estados para asegurar la protección y asistencia a las víctimas, la prevención del delito y la penalización de sus autores.

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/388-la-trata-de-personas-mueve-unos-6-600-millones-en-latinoamerica> - 11.10.2012

## ITALIANO

### No al «lavoro schiavo»

Prima di tutto l'uomo e la sua dignità. Lo ha ribadito Papa Francesco nell'omelia della messa presieduta

mercoledì mattina, 1° maggio, nella cappella della Domus Sanctae Marthae. Alla celebrazione hanno partecipato, tra gli altri, un gruppo di minori,



adolescenti e ragazze madri ospiti del centro di solidarietà «Il Ponte» di Civitavecchia, accompagnati da don Egidio Smacchia, e monsignor Sławomir Oder, postulatore della causa di canonizzazione di Giovanni Paolo II, con Michèle Smits, della stessa postulazione. Tra i concelebranti anche monsignor Luigi Marrucci, vescovo di Civitavecchia-Tarquini.

Il Pontefice, cogliendo l'occasione della celebrazione della festa di san Giuseppe lavoratore, ha dedicato la sua riflessione al tema del lavoro. Lo spunto è stato offerto dalle letture del giorno, la prima tratta dal libro della Genesi (1, 26-2, 3) e la seconda dal vangelo di Matteo (13, 54-58), che propongono il Dio creatore, «il quale ha lavorato per creare il mondo», e la figura di san Giuseppe, il falegname «padre adottivo di Gesù» e dal quale «Gesù ha imparato a lavorare».

«Oggi — ha detto — benediciamo san Giuseppe come lavoratore: ma questo ricordo di san Giuseppe lavoratore ci rimanda a Dio lavoratore, a Gesù lavoratore. E questo del lavoro è un tema molto, molto, molto evangelico. “Signore — dice Adamo — col lavoro guadagnerò da vivere”. Ma è di più. Perché questa prima icona di Dio lavoratore ci dice che il lavoro è qualcosa di più che guadagnarsi il pane: il lavoro ci dà la dignità! Chi lavora è degno, ha una dignità speciale, una dignità di persona: l'uomo e la donna che lavorano sono degni».

Chi non lavora, dunque, non ha questa dignità. Ma ci sono tante persone «che vogliono lavorare e non possono». E questo «è un peso per la nostra coscienza, perché quando la società è organizzata in tal modo» e «non tutti hanno la possibilità di lavorare, di essere “unti” dalla dignità del lavoro, quella società non va bene: non è giusta! Va contro lo stesso Dio, che ha voluto che la nostra dignità incominci di qua».

«Anche Gesù — ha proseguito il Pontefice — sulla terra ha lavorato tanto, nella bottega di san Giuseppe. Ma ha lavorato anche fino alla Croce. Ha fatto quello che il Padre gli aveva comandato di fare. Io penso oggi a tante persone che lavorano e portano questa dignità... Ringraziamo il Signore! E siamo consci che la dignità non ce la dà il potere, il denaro, la cultura, no!... La dignità ce la dà il lavoro», anche se la società non consente a tutti di lavorare.

Il Papa si è poi riferito a quei sistemi sociali, politici ed economici che in diverse parti del mondo hanno basato la loro organizzazione sullo sfruttamento. Hanno scelto, cioè, di «non pagare il giusto» e di cercare di ottenere il massimo profitto a ogni costo, approfittando del lavoro degli altri, senza peraltro

preoccuparsi minimamente della loro dignità. Questo «va contro Dio!» ha esclamato riferendosi alla drammaticità di situazioni che si ripetono nel mondo e della cui denuncia — ha detto — «tante volte abbiamo letto sull'Osservatore Romano». In proposito il Santo Padre ha citato il titolo di un articolo apparso sulla prima pagina dell'edizione di domenica 28 aprile e dedicato al crollo di una fabbrica a Dacca, dove sono morti centinaia di operai che lavoravano in condizioni di sfruttamento e di mancanza di sicurezza: «Un titolo — ha commentato — che mi ha colpito tanto il giorno della tragedia del Bangladesh: “Come morire per 38 euro al mese”». E «questo — è stata l'esplicita denuncia del Pontefice — è “lavoro schiavo”», che sfrutta «il dono più bello che Dio ha dato all'uomo: la capacità di creare, di lavorare, di farne la propria dignità. Quanti fratelli e sorelle nel mondo sono in questa situazione per colpa di questi atteggiamenti economici, sociali, politici!».

Il Papa ha poi attinto ai tesori della sapienza ebraica per sottolineare come la dignità della persona umana sia un valore universalmente riconosciuto e dunque da proteggere e conservare. «Ricordo — ha detto — un bel racconto ebraico medievale. Un rabbino parlava ai suoi fedeli della costruzione della torre di Babele. In quel tempo si costruiva con il mattone. Ma per fabbricare il mattone, per fare il mattone ci voleva tanto, no?: prendere la terra, fare il fango, prendere la paglia, cuocerlo. E un mattone era una cosa preziosa. Portavano ogni mattone fin su in alto, per costruire la torre di Babele. Quando un mattone, per sbaglio, cadeva, era un problema tremendo, uno scandalo: “Ma guarda cosa hai fatto!”. Ma se cadeva uno di quelli che facevano la torre dicevano solo “riposi in pace!” e lo lasciamo tranquillo. Era più importante il mattone che la persona! Questo raccontava quel rabbino del medioevo e questo succede adesso! Le persone sono meno importanti delle cose che danno profitto a quelli che hanno il potere politico, sociale, economico». Siamo arrivati al punto che non siamo consapevoli «di questa dignità della persona; di questa dignità del lavoro. Ma oggi la figura di san Giuseppe, di Gesù, di Dio che lavorano ci insegnano la strada per andare verso la dignità».

Concludendo Papa Francesco ha esortato a chiedere «a San Giuseppe la grazia di essere consci che soltanto nel lavoro abbiamo dignità». E ha suggerito l'atteggiamento da tenere nei confronti di quanti non hanno lavoro: non dire «chi non lavora, non mangia», ma «chi non lavora, ha perso la dignità!»; e quando ci si trova davanti a chi «non lavora perché non trova la possibilità di lavorare»,

dire: «la società ha spogliato questa persona di dignità!».

Fonte: <http://www.news.va/it/news/no-al-lavoro-schiavo> - 03.05.2013

## **Prostituzione e traffico umano: il buco nero dei bambini scomparsi dell'India**

*Con almeno 11.228 sparizioni solo nel 2011, il West Bengal è lo Stato con più sparizioni nel Paese. Per la grande povertà, famiglie dei villaggi vendono i propri figli per sperare di dare loro un futuro migliore, ma perdono i contatti. Una prostituta-bambina guadagna circa 80mila rupie al mese (poco più di 1100 euro).*

*di Santosh Digal*

Prostituzione, lavori in nero, strada, traffico di essere umani: nel 2011 sono finiti qui almeno 11.228 bambini del West Bengal (WB), lo Stato indiano con il maggior numero di minorenni scomparsi nel nulla. In tutta il Paese, sono 32.342 i piccoli indiani di cui si sono perse le tracce. Le cifre sono parziali, perché basate solo sulle denunce di scomparsa registrate. Povertà e basso tasso di alfabetizzazione sono le cause principali di questo fenomeno, diffuso per lo più nelle aree rurali e nei villaggi: nel solo distretto di Jhalpaiguri (WB), 1,9 milioni di famiglie vivono con meno di un dollaro al mese.

Per guadagnare qualche rupia, i genitori "vendono" i propri figli a degli "agenti", che promettono di inserire i piccoli nel mondo del lavoro nelle grandi città. "Per queste famiglie - spiega ad AsiaNews Reynold Chhetri, vice sovrintendente della polizia a Darjeeling - mandare i figli a lavorare è l'unica possibilità per sopravvivere". In genere, i trafficanti prendono i bambini e li portano nelle grandi città,

come New Delhi, Mumbai e Gurgaon. I genitori non hanno più loro notizie.

Di solito, i bambini vengono impiegati in qualunque tipo di lavoro domestico, o come operai. Le bambine entrano per lo più nel giro della prostituzione, qualcuna va a fare la cameriera a casa di famiglie benestanti. In media, un maschio o una femmina impiegati come lavoratori domestici guadagnano 12mila rupie al mese (circa 165 euro), mentre le piccole prostitute anche 80mila rupie (circa 1100 euro).

P. Arul Dass, professore al Morning Star College di Calcutta (West Bengal), definisce questa tendenza "sconvolgente". Secondo il sacerdote, "il governo dovrebbe prendere seri provvedimenti per arrestare il problema. Tutti i bambini dovrebbero avere un rifugio sicuro, dove crescere come futuri cittadini responsabili del Paese". Questo, aggiunge, "è un loro diritto: governo e società civile devono intervenire".

Fonte: <http://www.asianews.it/notizie-it/Prostituzione-e-traffico-umano-il-buco-nero-dei-bambini-scomparsi-dell%E2%80%99India-26803.html> - 08.01.2013

## **"Schiavo per colpa della crisi"**

Pur di lavorare, anche in condizioni di schiavitù. A confermarlo, una storia raccontata dal Corriere del Veneto. Una storia che entra nell'album della crisi. Foto che arriva da quella parte di paese dove fino a quattro anni fa si parlava di miracolo del Nord Est, di locomotiva d'Europa.

La storia è quella di Paolo Sinigaglia, un padovano di 42 anni. "Ho lavorato per due anni in una azienda agricola sui Colli Euganei - racconta lo stesso Paolo - oltre ad accudire gli animali ed occuparmi della cura dei campi e del bosco dovevo anche fare il custode. Di fatto lavoravo 24 ore su 24. E questo, per 600 euro.

Il cellulare aziendale che ero tenuto a portare sempre con me serviva alla datrice di lavoro come un geolocalizzatore: era in grado di vedere sempre dove mi trovavo, giorno e notte. Non potevo

nemmeno andare a trovare mia figlia. Quando mi sono ammalato, dopo due anni di lavoro senza ferie, senza riposi, e senza una pausa, sono stato costretto alle dimissioni".

Ad occuparsi del caso è stata Federcontribuenti del Veneto. Un legale ha istruito una causa di lavoro per far recuperare a Paolo Sinigaglia straordinari e ferie non godute. Lunedì Paolo andrà in tv per raccontare la sua storia: "Spero che la mia vicenda raccontata in tv possa dare la forza a chi si trova nelle mie condizioni di far valere i propri diritti. Io mi sono adeguato a lavorare per uno stipendio che, a conti fatti, non era superiore a 50 centesimi all'ora, perché quando sei senza lavoro ti va bene tutto, anche condizioni simili alla schiavitù. Ora spero che qualche imprenditore mi dia la possibilità di far

vedere quanta sia la voglia di lavorare che ho dentro".

Fonte: <http://web.rifondazione.it/home/index.php/12-home-page/13227-qschiavo-per-colpa-della-crisis> -10.09.2012

## **Rosarno, gli "schiavi invisibili" ci sono ancora, sono tutti lì**

*La Rosarno di tre anni fa, quella della rivolta e delle denunce per i diritti calpestati di chi lavora, esiste ancora. Non è cambiato niente. Anzi, il virus dello sfruttamento si è diffuso in tutto il Paese. "Quando non hai i documenti ti danno solo lavoro nero, che è mal pagato". Le testimonianze è raccolte da Amnesty International. Come quella di Jean-Baptiste: "Se non ti pagano cosa puoi fare senza documenti?"*

*di VLADIMIRO POLCHI*

Ricordate Rosarno e gli schiavi invisibili della Piana di Gioia Tauro? Cos'è cambiato a tre anni dalla rivolta dei braccianti stranieri? Poco o nulla. Anzi, il virus dello sfruttamento si è diffuso in tutto il corpo del Paese. "Quando non hai i documenti ti danno solo lavoro nero, che è mal pagato. Prendiamo dai 25 ai 30 euro al giorno per otto o nove ore di lavoro. Ma quando ci facciamo male non prendiamo niente". A parlare è Ismael, un immigrato del Burkina Faso che vive e lavora a Caserta. La sua testimonianza è raccolta da Amnesty International. Così come quella di Jean-Baptiste: "Quando il datore di lavoro non paga, che cosa puoi fare per avere il denaro? Senza documenti, come puoi andare alla polizia? Senza documenti, sei espulso".

### *La Giornata dei migranti*

In occasione della Giornata internazionale dei migranti, che ricorre il 18 dicembre, Amnesty International lancia un nuovo rapporto sull'Italia per denunciare lo sfruttamento dei braccianti agricoli stranieri: Volevamo braccia e sono arrivati uomini. Il 18 dicembre di 22 anni fa fu varata la "Convenzione delle Nazioni Unite sui diritti dei lavoratori e lavoratrici migranti e delle loro famiglie": entrata a pieno titolo nel diritto internazionale nel 2003, dopo essere stata ratificata da 20 Stati membri. L'Italia però, così come gli altri Stati europei, non l'ha ratificata. Il rapporto di Amnesty si concentra sulle gravi forme di sfruttamento, per lo più nel settore agricolo, delle province di Latina e Caserta.

### *I braccianti di Latina*

Stando al rapporto, fino all'80 per cento dei lavoratori agricoli nell'area di Latina sono stranieri. Le loro condizioni? Sunny (nome fittizio), un migrante indiano che non ha documenti e lavora senza contratto, si è confidato con Amnesty: "Lavoro 9-10 ore al giorno dal lunedì al sabato, poi cinque ore la domenica mattina, per 3 euro l'ora. Il datore di lavoro mi dovrebbe pagare 600-700 euro

al mese; io contavo di mandare 500 euro al mese a mio padre, mia madre e mia sorella in India. Negli ultimi sette mesi, però, il datore di lavoro non mi ha pagato il salario intero. Mi dà solo 100 euro al mese per le spese. La mia famiglia in India ha dovuto chiedere soldi ad altre famiglie. Non posso andare alla polizia perché non ho i documenti: mi prenderebbero le impronte e dovrei lasciare l'Italia".

### *Le rotonde a Caserta*

La paga minima per un lavoratore agricolo nell'area di Caserta, contrattata fra le parti sociali, sarebbe di 39.91 euro lordi per 6.5 ore di lavoro (5.70 euro l'ora). Sulle rotonde, però, il potere contrattuale dei lavoratori migranti è praticamente inesistente. "Accetto qualsiasi lavoro da chiunque", spiega Body, un lavoratore ganese. La paga standard per una giornata (dalle 8 alle 10 ore) è di 20-30 euro, cioè non più di 3.75 euro l'ora. Alcuni migranti hanno riferito che le paghe possono scendere anche a 15-20 euro al giorno. Afram, della Costa d'Avorio, racconta: "Oggi ho lavorato dalle 6 del mattino alle 6 della sera, con una pausa di 30 minuti, a zappare un campo. Mi hanno pagato 20 euro".

### *I falsi contratti*

La ricerca condotta da Amnesty International nell'area di Latina denuncia l'esistenza di un sistema di compravendita di visti. "In India ho pagato 300,000 rupie (circa 4,300 euro, ndr) per il nulla osta per entrare in Italia - ricorda Sunny - Per avere un contratto una volta arrivato in Italia bisogna pagare altri mille euro". Individui che si fingono futuri datori di lavoro ricevono denaro per presentare la domanda di nulla osta, ma nella maggior parte dei casi non intendono impiegare i migranti appena arrivati. E così spesso i contratti di soggiorno non vengono firmati e, otto giorni dopo il loro arrivo in Italia, la posizione dei lavoratori migranti diventa irregolare.

### *La denuncia di Amnesty*

In conclusione, Amnesty International ritiene che la situazione creata dalla rigidità del decreto flussi e dal pacchetto sicurezza faciliti lo sfruttamento dei lavoratori migranti e ostacoli il loro accesso alla giustizia. Le misure recentemente adottate, come la criminalizzazione del caporalato e la cosiddetta Legge Rosarno, rischiano di essere in gran parte inefficaci. "Il controllo dell'immigrazione può costituire un interesse legittimo di ogni Stato -

sostiene Francesca Pizzutelli, ricercatrice del Segretariato Internazionale di Amnesty International e autrice del rapporto - ma non deve essere portato avanti a danno dei diritti umani di coloro che sono nel suo territorio, lavoratori migranti inclusi".

Fonte:

[http://www.repubblica.it/solidarieta/immigrazione/2012/12/18/news/rosarno\\_gli\\_schiavi\\_invisibili\\_ci\\_sono\\_ancora\\_sono\\_tutti\\_l-48980684/](http://www.repubblica.it/solidarieta/immigrazione/2012/12/18/news/rosarno_gli_schiavi_invisibili_ci_sono_ancora_sono_tutti_l-48980684/)  
18.12.2012

## Traffico di esseri umani, affari d'oro con le mafie

di Piero Innocenti

Dal gennaio 2009 a oggi sono state oltre una novantina le più importanti operazioni svolte da magistratura e forze di polizia italiane contro la criminalità dei trafficanti di persone. Indagini lunghe, durate mesi, talvolta anni, che hanno evidenziato, tra l'altro, la pericolosità di diversi gruppi criminali stranieri (romeni, nigeriani, albanesi, iracheni, afgani e pakistani), con le caratteristiche, talvolta, tipiche delle associazioni a delinquere mafiose. Per i delinquenti cinesi, che pure hanno dimostrato ancora una particolare predilezione nel settore specifico, il traffico di connazionali continua a rappresentare un mezzo indispensabile e funzionale allo sviluppo delle proprie attività imprenditoriali. In alcune indagini sono emerse collaborazioni anche con le mafie nostrane. È il caso, per esempio, delle operazioni svolte dai Carabinieri di Locri, nel febbraio e giugno 2009, dove tra una sessantina di arrestati (italiani, pakistani e indiani), alcuni appartenevano alla 'ndrangheta (cosca lamonte). In realtà, già nel 2006, con l'operazione "Rima", svolta dai Carabinieri di Catanzaro e conclusasi con 34 ordinanze di custodia in carcere, si era evidenziata la partecipazione della mafia calabrese nella gestione dei migranti "clandestini". A marzo del 2011, poi, a Catania e Siracusa, la polizia aveva arrestato diciannove egiziani, mentre altre quattro persone, affiliate al clan mafioso Brunetta, erano state denunciate in stato di libertà per associazione a delinquere finalizzata al favoreggiamento dell'immigrazione clandestina.

Anche in questo primo periodo del 2013, nonostante le condizioni certamente non favorevoli del mare, scafisti e trafficanti sono stati all'opera. Trecentotredici le persone sbarcate in Italia alla data del 16 febbraio: sulle coste siciliane (42), pugliesi (234) e calabre (37). Si è trattato, in gran parte, di profughi siriani (85), pakistani (119), afgani (81) e iraniani (14), che hanno pagato migliaia di euro a testa per il "viaggio". Centotrenta

gli stranieri "intercettati" in acque internazionali (diretti verso le nostre coste) e "ripresi in carico" dalle autorità greche senza intervento italiano. Sempre nello stesso periodo sono state arrestate otto persone tra scafisti, organizzatori e basisti e sequestrate quattro imbarcazioni.

Il livello di complessità delle organizzazioni criminali dei trafficanti, la loro ramificazione su scala internazionale, la disponibilità di cospicui capitali per predisporre strutture logistiche, mezzi di trasporto, tracciare rotte, corrompere funzionari pubblici, rendono sempre più difficili le indagini e sempre più produttiva questa tipologia di criminalità. Impressionante, nel leggere le trascrizioni delle intercettazioni telefoniche, la disinvolta spregiudicatezza con cui le persone coinvolte, a vari livelli, nella struttura criminale, parlano del loro "lavoro", dei profitti, delle perdite, quasi rientrassero in una sorta di "piano aziendale" o di attività "benefica". Nel 1998, un trafficante turco, intercettato, affermava che «nell'ultimo mese abbiamo fatturato 7,5 milioni di dollari solo con le navi dei curdi... ogni nave ci costa dagli 80 ai 100 mila dollari... le compriamo nel Mar Nero... abbiamo pagato mazzette alla polizia e ai politici per circa 2,5 milioni di dollari... altrimenti non si riuscirebbe a far partire le navi dai porti turchi... alla fine ci è rimasto un utile netto di circa 5 milioni depositato nelle banche della Cipro turca». Più o meno nello stesso periodo, un trafficante albanese, vantando la "serietà" della sua organizzazione, garantiva un secondo viaggio gratis se il primo andava male e affermava beatamente: «È come alla Standa, paghi uno e prendi due!». Ci sono, poi, due trafficanti "benefattori", uno è pakistano («Do la possibilità di un avvenire a gente disperata»), il secondo turco («Do una risposta alla fame di alcuni e al bisogno di manodopera di altri... poiché l'Europa non offre sponde legali all'immigrazione, ne costruisco di illegali»). C'è, inoltre, il trafficante libico che si definisce connection-man e che, in una



intercettazione telefonica del 2009, lamenta con alcuni interlocutori la perdita di una trentina di giovani nigeriane destinate alla prostituzione in Italia dopo il naufragio (28 marzo 2009) di alcuni barconi partiti dalla Libia con circa seicento migranti.

La breve rassegna di questo odiosissimo spaccato criminale la concludiamo, infine, con un trafficante curdo che, nel 2011, offriva una visione penosa di come andavano (vanno) le cose nel nostro paese

dove, diceva «è possibile permanere per almeno 4 o 5 anni perché l'Italia non fa rimpatri» (in realtà è perché, in materia ci sono complicate procedure di contenzioso e lunghi tempi dei tribunali competenti a decidere sulle impugnazioni delle decisioni delle Commissioni territoriali), e comunque «in Italia con le mazzette si ottiene tutto... come in Turchia». Non possiamo dargli torto.

Fonte: <http://www.narcomafie.it/2013/04/30/traffico-di-esseri-umani-affari-doro-con-le-mafie/> 30.04.2013

## **UE: traffico di esseri umani, prostituzione e autodeterminazione**

Il 4 dicembre scorso, circa duecento ONG [fr, come gli altri link se non diversamente indicato] di diversi Paesi europei si sono date appuntamento [it] nella sede dell'Europarlamento a Bruxelles per presentare un appello a favore di un'Europa libera dalla prostituzione e per gettare le basi di una politica abolizionista che abbracci tutto il continente.

È la prima volta che il dibattito su questa tematica varca la soglia del Parlamento, dove attualmente le politiche adottate dai vari Paesi dell'Unione in materia di prostituzione [it] sono oggetto di una valutazione complessiva.

Chi si schiera a favore dell'abolizionismo [it] sostiene che la chiave per contrastare il traffico di esseri umani finalizzato allo sfruttamento sessuale risiede nella criminalizzazione della prostituzione. In un'intervista per il portale informativo femminista Egalité, Grégoire Théry, Segretario Generale del Mouvement du Nid, associazione francese d'ispirazione cattolica pro-abolizionista, dichiara: «Regolamentare non vuol dire legalizzare la prostituzione bensì lenocinio [it]. Regolamentare la prostituzione significa autorizzare [gli sfruttatori] a trarre profitto dal meretricio di altri».

In Francia, dove il 90% delle prostitute è straniera, il Ministro per i diritti delle donne, Najat Vallaud-Belkacem, ha presentato un disegno di legge che si rifà al modello svedese e che prevede l'abolizione della prostituzione e la tutela delle vittime; nello specifico la proposta legislativa punta a "proteggere quella parte preponderante di prostitute che è vittima di violenze da parte delle reti degli sfruttatori".

Nei Paesi Bassi, in cui la prostituzione è legalizzata e regolamentata, la polizia stima che una percentuale variabile tra il 50 e l'80% delle donne impiegate nel settore venga obbligata a vendersi sotto coercizione.

È difficile avanzare dei dati certi sul numero di prostitute coinvolte nel traffico internazionale: un primo ostacolo è dato dal fatto che le modalità di quantificazione del fenomeno sono diverse da un paese all'altro; inoltre le vittime sono spesso restie a denunciare i loro carnefici per timore di rappresaglie e di conseguenza tali pratiche rimangono, nella maggioranza dei casi, coperte da omertà. In Svizzera [it], in base ai dati pubblicati dall'Ufficio Federale di Statistica, nel triennio 2009 – 2011 sono state presentate 147 denunce, ma dal 2000 sono state solamente 66 le condanne per crimini legati al traffico di esseri umani.

In Francia, dal 2004 sono state aperte 60 inchieste per crimini legati alla tratta di esseri umani anche se casi analoghi a volte sono fatti rientrare in categorie di reato diverse, ad esempio lenocinio o schiavitù. Nel 2011 lo smantellamento di circa 40 organizzazioni malavitose a Parigi, Caen, Bordeaux e Strasburgo ha permesso di identificare vittime colombiane, cinesi, ecuadoriane, nigeriane e brasiliane.

Secondo gli ultimi dati pubblicati dall'Organizzazione Internazionale del Lavoro nel 2012, nel mondo 21 milioni di persone sono vittime del traffico di esseri umani e vengono costrette a lavorare coercitivamente. Tra queste 4,5 milioni (di cui 880.000 nella sola Unione Europea) vengono sfruttate sessualmente e si tratta principalmente di donne e bambini. "Spesso comprati solamente per pochi euro, nei paesi occidentali fruttano in media 150.000 euro netti all'anno", fa sapere la Fondazione Scelles, attiva nella lotta alla prostituzione.

Il traffico di esseri umani sta conoscendo un progresso inquietante in Europa, si legge ancora in un comunicato della Fondazione. Secondo il rapporto pubblicato dalla stessa nel dicembre 2012 e intitolato "Sfruttamento sessuale: prostituzione e crimine organizzato", in cui viene fatto un bilancio

del fenomeno della prostituzione in 54 paesi, la tratta degli esseri umani è organizzata "in base a un modello capitalista da manuale". In Grecia, il giro d'affari dell'industria del sesso ammonterebbe a oltre 1,5 miliardi di euro (cioè lo 0,70% del PIL), mentre in Spagna, dove la prostituzione è legale e regolamentata come qualsiasi altro lavoro, raggiungerebbe i 18 miliardi di euro.

Quanti sono favorevoli all'abolizione si fanno sentire sulla stampa e sui social media. Il 18 dicembre la giurista Christine Le Doaré si è schierata a favore dell'abolizione sul suo blog "irréductible et solidaire, féministe, quoi! (Reazionaria e solidale, in una parola... femminista!): "Ai cliché sulla libera scelta e sul moralismo abolizionista, vorrei contrapporre, innanzitutto, un numero sempre crescente di studi e testimonianze che dimostrano come un'ampia percentuale di persone dedite alla prostituzione abbia subito violenze sessuali durante l'infanzia [...] È possibile allora ipotizzare che i fautori del modello regolamentarista siano talmente cinici da ammettere che la nostra società non è in grado di fornire una soluzione alternativa più magnanima della prostituzione per aiutare queste persone a rimettersi in piedi? [...] Chi propende per la regolamentazione si è posto il problema di quale sia la speranza media di vita di chi si prostituisce?

Una società non dovrebbe innanzitutto pensare a proteggere i membri più vulnerabili? Il principio di integrità e la non mercificazione del corpo non costituiscono dei diritti umani inalienabili che devono restare esclusi dal commercio e delle leggi di mercato?"

Ciononostante da più parti in Europa e nel mondo, i professionisti del sesso, locali o stranieri, si dicono contrari alla criminalizzazione di chi pratica o fruisce della prostituzione. Appoggiati dai movimenti femministi, essi rivendicano il diritto all'autodeterminazione e chiedono il rispetto dei loro diritti fondamentali attraverso l'adozione di un vero e proprio statuto a tutela della professione.

In un articolo curato in agosto da un gruppo intellettuali e femministe si legge: "Qualsiasi adulto deve essere libero di scegliere cosa fare con il proprio corpo. Stabilire che ciò che viene reputato immorale sia illegale non è un passo avanti verso il Bene, è una deriva dittatoriale. Non spetta al potere politico intervenire nelle scelte sessuali di adulti consenzienti. La priorità consiste nel far diventare la lotta contro i trafficanti di esseri umani una causa di importanza nazionale e di mettere a disposizione i mezzi necessari [per renderla effettiva]".

Fonte: <http://it.globalvoicesonline.org/2013/01/eu-traffico-di-esseri-umani-prostituzione-e-autodeterminazione/> - 01.01.2013

## Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO ... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA !...
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?
79. TRABALHADORES MIGRANTES: indispensáveis, mas sem direitos
80. XENOFOBIA: a nova face da exclusão
81. MULHERES REFUGIADAS
82. RELIGIÃO: fator de integração dos migrantes?
83. Os rumos do TRÁFICO DE SERES HUMANOS
84. MIGRAÇÃO DE RETORNO e crise: sonho frustrado?
85. Os desafios da MIGRAÇÃO FEMININA
86. As RELIGIÕES diante dos desafios das MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS
87. TRÁFICO DE PESSOAS: é possível combater?
88. Novos FLUXOS MIGRATÓRIOS: uma nova questão social
89. MULHERES MIGRANTES: protagonismo e vulnerabilidades
90. A RELIGIÃO como meio de assistência, integração e emancipação dos migrantes.
91. TRÁFICO DE PESSOAS: entre o discurso e a realidade.